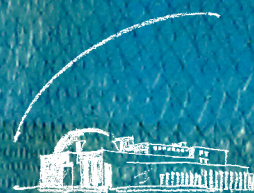


Plano de Actividades e Orçamento



Matosinhos
Câmara Municipal

2012



Sumário

Mensagem do Presidente . 3

Áreas de Actividade Municipal . 5

Acolhimento ao Múncipe e Comunicação . 6

Auditoria e Qualidade . 10

Candidaturas e Estudos de Viabilidade . 12

Promoção da Economia Local e Turismo . 14

Cutura e Animação . 18

Educação e Formação . 24

Juventude, Voluntariado e Desporto . 27

Promoção Social e Saúde . 29

Administração do Território . 35

Estudos e Planeamento Estratégico . 41

Qualidade 100% . 43

Recursos Humanos . 46

Jurídico e Apoio aos Órgãos Autárquicos . 48

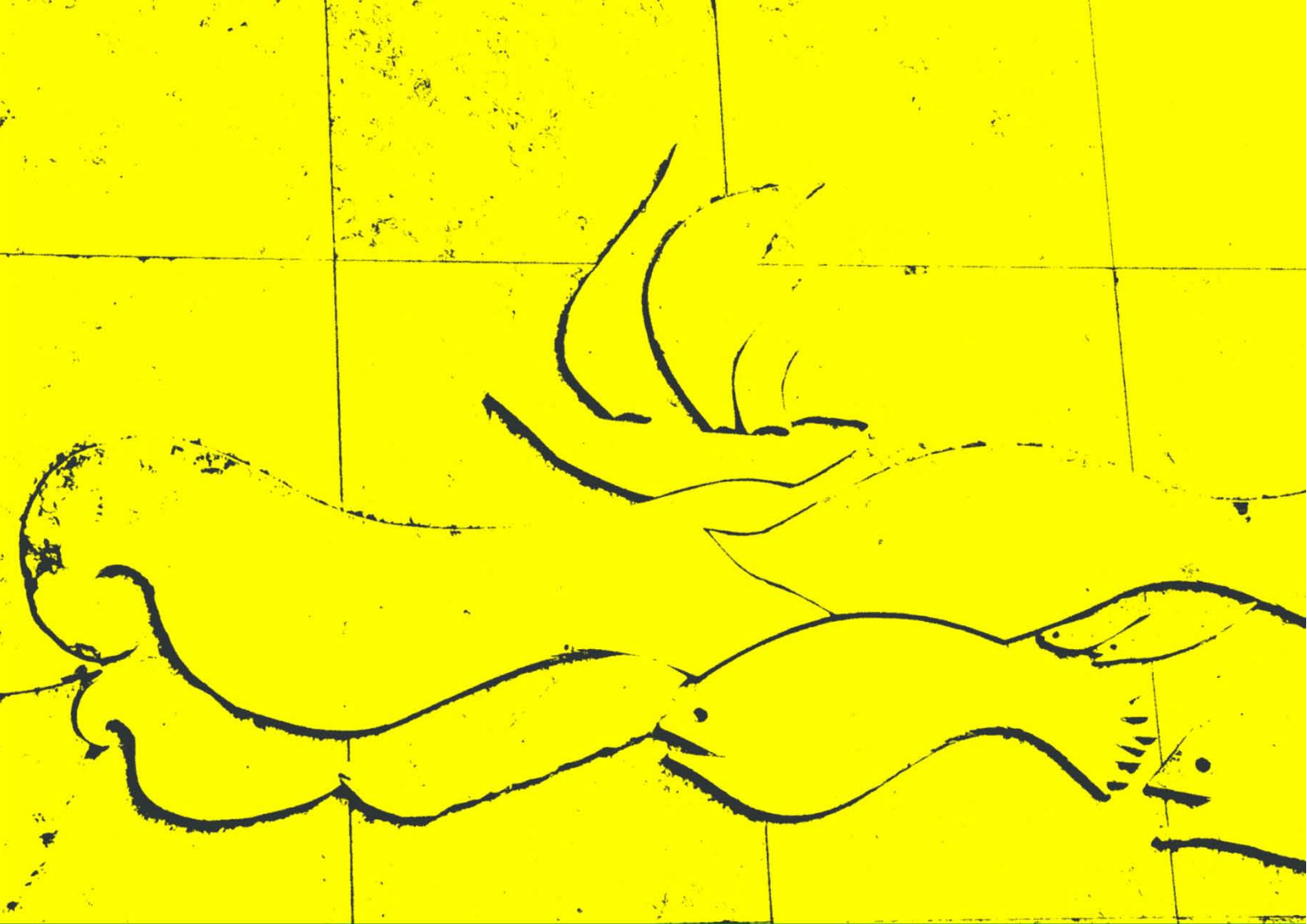
Ambiente . 50

Segurança e Protecção Civil . 53

Tecnologias de Informação . 57

Investimentos e Infra-estruturas Municipais . 60

Gestão Financeira . 66



Mensagem do Presidente

2012



Dois anos volvidos, desde o início do mandato, expressam de forma clara os compromissos assumidos no contrato que estabelecemos com os cidadãos e dão-nos confiança para prosseguirmos o projecto e a estratégia que definimos para Matosinhos, uma cidade moderna, solidária e dinâmica, construída a pensar no cidadão.

Temos energia e determinação. Temos confiança no nosso trabalho e confiança na capacidade dos Matosinhenses.

S.I.M. Matosinhos!

Solidariedade, Inovação e Mobilização são os três grandes vectores que vão orientar a actividade municipal em 2012.

Solidariedade, antes de mais, porquanto, numa conjuntura de especiais dificuldades económicas para os cidadãos, mas também de particular exigência financeira para os municípios, é imprescindível garantir que a Câmara Municipal de Matosinhos continue a assumir a responsabilidade social de estar próxima das pessoas, de apoiar os sectores mais débeis da sociedade através de políticas inclusivas e solidárias que fomentem activamente os cidadãos.

Solidariedade significa manter intacto o plano de acção social escolar, garantindo que os alunos das nossas escolas tenham refeições durante o período de aulas ou que os estudantes mais desfavorecidos tenham apoio municipal para a compra de livros e material escolar.

Solidariedade é também as apostas decisivas que demonstram a transversalidade e a abnegação da política social do município para 2012, com novas creches para as crianças, centros de dia para os idosos, mais fogos habitacionais para as famílias carenciadas e um renovado programa de apoio municipal ao arrendamento para os jovens, para as famílias e para os idosos.

Inovação. Sem dúvida que a solidariedade de que Matosinhos será melhor servida com inovação, com novas abordagens. O programa de voluntariado VEM estabelecido em parceria entre a Câmara, empresas e instituições locais é expoente. Para garantirmos os elevados padrões de qualidade que procuramos induzir na vida dos cidadãos, precisamos de determinação, rigor mas também criatividade. O futuro constrói-se com novas ideias e, num momento de singular vicissitude financeira por toda a Europa, a crise tem de ser enfrentada, máxime, com inovação.

Inovação significa desenvolvermos um plano estratégico de sustentabilidade energética para todo o concelho, enquadrado com o desenvolvimento económico e social de todo o território de Matosinhos, porque é essencial termos uma estratégia de actuação que garanta que os recursos disponíveis são utilizados de forma eficiente.

As apostas na atracção das indústrias criativas para o concelho, na criação da Casa das Artes, no desenvolvimento do Espaço Quadra, na consolidação da excelência da nossa gastronomia, não olvidando a parceria com Fundação Rueda para expor permanentemente em Matosinhos algumas das mais importantes obras plásticas do séc. XX, são apostas claras na inovação e desafios determinantes para o desenvolvimento estratégico da economia local.

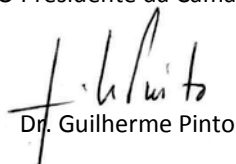
Mobilizar é também palavra-chave do município de Matosinhos. Pretendemos fomentar a cidadania activa, combater a indiferença, mobilizar os cidadãos para participarem, no que é deles, no que é nosso, na nossa rua, na causa pública. Para isso vamos criar as unidades de vizinhança.

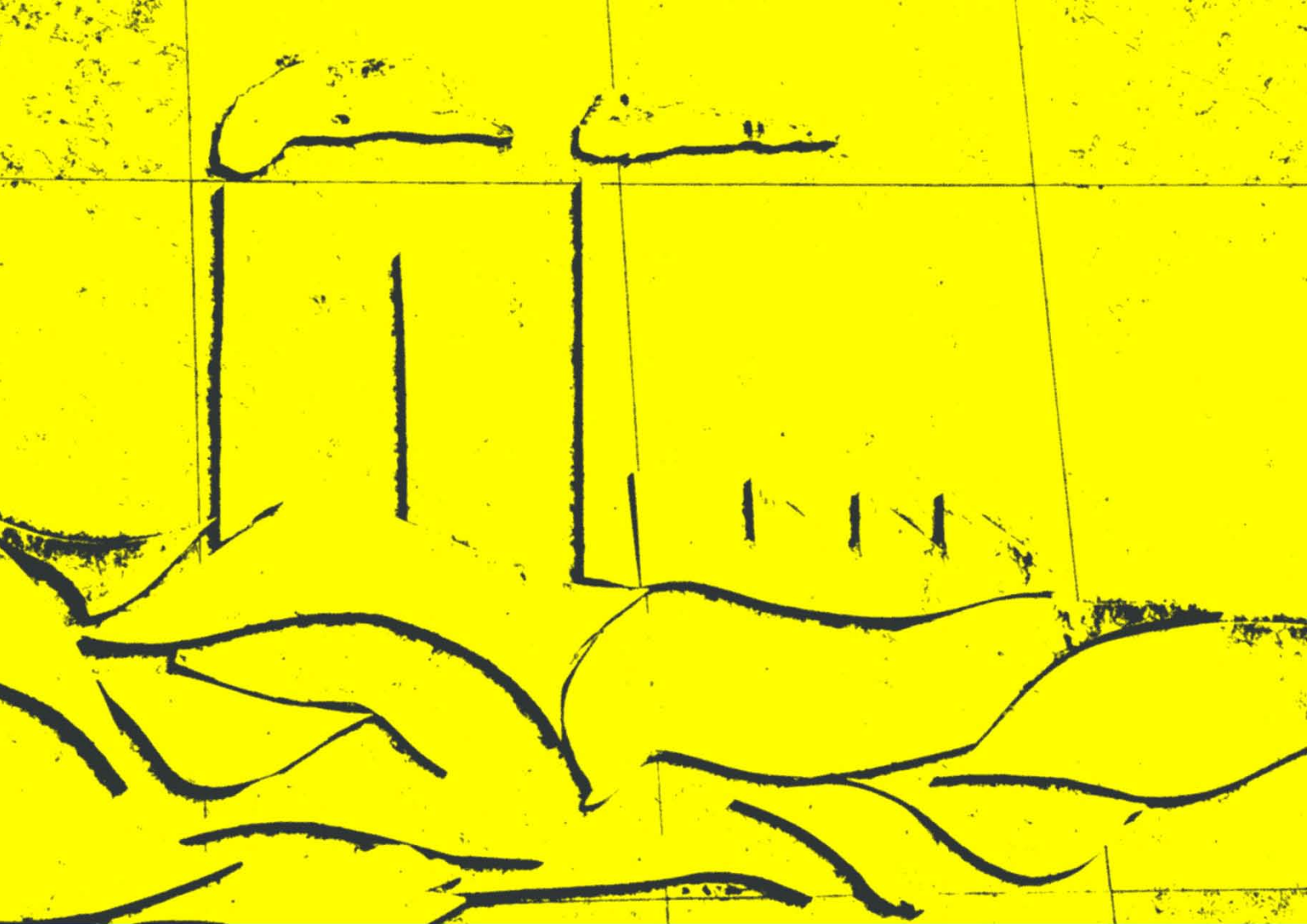
Mobilizar os cidadãos, para vencermos a crise, para derrotarmos a letargia, pela positiva, S.I.M. Matosinhos. Com o apoio ao desporto e às associações, com a conclusão da renovação do parque escolar, com a criação da Orquestra Júnior de Jazz, com o dinamismo do Cine-teatro Constantino Nery, com a excelência da nossa programação cultural, com a requalificação do espaço urbano, com o programa qualidade 100%, com as Festas do Senhor de Matosinhos, com os Hospitalários, com o investimento na orla Costeira, com o terminal de cruzeiros, com o Mar à Mesa. Mobilizar as pessoas.

S.I.M. Matosinhos, terra de Mar, Movimento e Cultura.

A ambição é grande, ao seu serviço os Matosinhenses não se podem esquecer, como referi, de três objectivos essenciais, solidariedade, inovação e mobilização.

O Presidente da Câmara


Dr. Guilherme Pinto



Áreas de Actividade Municipal

2012

Acolhimento ao Múncipe e Comunicação

A Câmara Municipal de Matosinhos tem na sua filosofia e na sua essência a aproximação ao cidadão: um acolhimento de proximidade, centrado nas pessoas, de e para elas, na resolução dos seus problemas, numa resposta cada vez mais célere das questões colocadas e dos pedidos efectuados sob a batuta da Certificação da Qualidade que tem permitido colocar Matosinhos nos lugares cimeiros, a nível nacional, no âmbito das Boas Práticas na Administração Pública.

No que diz respeito à organização e acompanhamento de eventos, 2012 será de upgrade na gestão de meios e no planeamento. Porque os tempos assim o requerem, sem descuido na qualidade e no atendimento personalizado, em 2012 vamos dar continuidade à gestão adequada e concertada de meios humanos e materiais para o sucesso de cada uma das iniciativas, com relevo para a recepção aos diferentes públicos e para a monitorização de todas as fases processuais com vista à melhoria de procedimentos.

É também objectivo para 2012, conferir um maior rigor na monitorização do mailing para que os prazos de envio aos cidadãos sejam criteriosamente cumpridos.

Vamos também continuar a investir na descentralização dos serviços. Queremos transformar a Loja Municipal do Cidadão, em S. Mamede de Infesta, numa extensão da Loja do Múncipe, evitando, desta forma, que muitos dos cidadãos se desloquem propositadamente ao edifício dos Paços do Concelho para tratar de alguns assuntos que até então seriam apenas aqui tratados.

Conferir às Relações Públicas uma marca de grande qualidade, com reconhecimento imediato junto dos cidadãos, continua a ser uma missão na qual nos empenhamos neste ano e assim continuaremos no próximo.

Continuaremos a definir metas ambiciosas para a Loja do Múncipe. Procuraremos aumentar o nº de pedidos efectuados via Web, simplificando o procedimento de acesso à password. O CRM é uma poderosíssima ferramenta de que dispomos mas que, por razões várias, não tem sido utilizada em toda a plenitude. 2012 será o



ano em que vamos iniciar todas as facilidades e oportunidades criadas pelo CRM em várias campanhas e outras formas de comunicar com os cidadãos. Apesar da gestão das reclamações

ter sido, por parte do auditor externo, reconhecida como muito boa, em 2012, vamos tentar reduzir os prazos de resposta, agilizando os procedimentos e incorporá-la na gestão da autarquia, como uma oportunidade de melhoria dos serviços, transversal a toda a organização



A concretização do concurso público para admissão de serviços para a Loja vai permitir um restyling na imagem, com novos fardamentos, e recomeçaremos a prática das reuniões mensais e de formação em contexto de trabalho, factor determinante do sucesso da Loja do Município

Redes sociais, design próprio, rentabilização dos meios audiovisuais, podcast. Em 2012, os Serviços de Comunicação e Imagem vão continuar na procura de novas formas de Comunicação centradas na produção própria e exclusiva, diminuindo cada vez mais o recurso, já quase nulo, ao outsourcing.

Durante alguns anos, a Autarquia esteve sempre em contacto com todos os cidadãos através da Revista Municipal que fazíamos questão de levar a casa das pessoas para que pudessem conhecer de perto a nossa actividade. Há cerca de um ano, porque quisemos reduzir custos, optamos pelo formato digital da Revista com a respectiva divulgação através da página da internet, das newsletters e das redes sociais onde fazemos questão de ter uma presença marcante. E assim se manterá em 2012.

Contudo, a Autarquia perdeu contacto com grande parte dos nossos concidadãos que, por diversas razões, não têm ou não podem ter acesso diário a um computador.

Assim, lançamos em Dezembro de 2011 o primeiro número do jornal “VIVER MATOSINHOS”. Um pequeno jornal de 12 páginas com informações importantes e pertinentes para os munícipes, de que são exemplo, obras a decorrer, actividades da autarquia, serviços ao dispor dos cidadãos, entre outras. Em 2012, queremos manter este contacto com os cidadãos, propondo a elaboração de dois números, conferindo ao “Viver Matosinhos” um carácter semestral.

De salientar que os Serviços de Comunicação e Imagem têm total autonomia no que diz respeito ao design. Manteremos a estreita colaboração com todos os Serviços da Autarquia no sentido de criar campanhas de comunicação apelativas, fortalecendo a imagem de coesão do Município.

A página da Internet mantém-se no centro das nossas prioridades. Este ano foi, mais uma vez, feliz para o nosso site. Em Junho lançamos uma nova versão com funcionalidades que nos fazem sobressair a nível nacional. 2012 será um ano de upgrades e de melhoramentos do novo layout e do novo backoffice.

A e-democracia e as redes sociais são alvo diário da nossa atenção e do nosso trabalho: no contacto directo com os cidadãos, através da Voz do Múncipe e o “Contacte o Presidente”, nos comentários aos projectos, nas questões ou sugestões que diariamente recebemos e encaminhamos, no trabalho desenvolvido nas redes sociais.

Refira-se que a página da Câmara Municipal de Matosinhos é a primeira das autarquias do País a figurar no ranking do facebook ao nível de Governo e Instituições, com 7969 fãs. É nossa intenção reforçar, em 2012, esta liderança e usufruir em pleno das potencialidades que cada rede social nos pode oferecer.



2012 será um ano de grande aposta no audiovisual com vista a uma agilização de meios: a Web tv que marca presença na página da internet, mas também nas redes sociais, nos painéis full-color outdoor, onde a autarquia dispõe de 12 minutos/hora e ainda a Tv indoor, localizada na Loja do Múncipe.

Os painéis full-color outdoor funcionam como ecrãs gigantes de televisão localizados estrategicamente em locais de maior tráfego, causando um forte impacto visual.

Quanto à TV indoor, basta recordar que a Loja do Múncipe efectua uma média de 500 atendimentos diários para nos apercebermos das reais potencialidades deste meio de comunicação que temos ao nosso alcance.



No sentido de dar uma adequada resposta às elevadas exigências inerentes à aposta no audiovisual (web tv, canal indoor e vídeo painéis), é nosso objectivo, no próximo ano, proceder à cobertura de alguns eventos do município em suporte audiovisual. É nosso objectivo em 2012 dar novos passos a este nível, nomeadamente, dar início a transmissões de Podcast centradas na actividade autárquica e na comunicação directa entre o Presidente da Câmara e os munícipes.

A comunicação interna é também muito importante e, por isso, em 2012 continuaremos a desenvolver um conjunto de iniciativas com o objectivo de Mobilizar os Funcionários,

nomeadamente, através da newsletter interna *Entre Nós* e a colocação de cartazes A3, para os funcionários que não têm acesso a computador, nas estruturas *Entre Nós* localizadas em diferentes locais dos Paços do Concelho.

Entre
Nós


Gabinete de Apoio Social tem novo Projeto

Criar uma cultura de valorização e reconhecimento dos colaboradores aposentados e em fase de pré-aposentação é o que se pretende com o projeto "Nova Etapa" do Gabinete de Apoio Social da autarquia.

O reconhecimento da importância social de todos os colaboradores que ao longo de um grande período das suas vidas investiram os seus saberes e a sua dedicação nos projetos profissionais ao serviço da Câmara de Matosinhos justifica a implementação de um serviço de apoio ao colaborador aposentado ou em fase de pré-aposentação.

Numa lógica de responsabilidade social e de promoção do envelhecimento ativo, pretende-se contribuir positivamente para que estes trabalhadores vivam a aposentação como uma nova etapa das suas vidas, com a possibilidade de construção de novos projetos estimulantes e potencialmente criativos.

Pretende-se prevenir e minorar a existência de problemas psicossociais como o isolamento, a depressão e outros problemas de saúde, bem como fomentar a participação e a inclusão social nesta nova fase da vida, seja através de atividades lucrativas, lúdicas ou de apoio social.

O projeto "Nova Etapa" conta já com 2 ações. A primeira teve a duração de 7 horas, decorreu no dia 7 de Novembro e teve como base o tema da "Educação para a saúde". A segunda, no dia 16 de Novembro, foi desenvolvida em parceria com a Divisão de Promoção Cívica Juventude e Voluntariado e incluiu uma sessão de esclarecimento sobre o programa VEM (Voluntariado em Matosinhos), tendo contado com a presença dos Vereadores Prof. Correia Pinto e Fernando Rocha.

Em ambas as sessões foram convocados, via ofício ou contato telefónico, os funcionários que se aposentaram nos últimos 2 anos (cerca de 72), mas o objetivo é estender aos restantes funcionários aposentados.

De salientar, ainda, que da sessão de esclarecimento sobre o programa VEM, 8 dos 20 participantes, se inscreveram na formação de voluntariado.

Se é aposentado ou se encontra em fase de pré-aposentação, já sabe, mantenha-se atento. Durante o próximo ano decorrerão várias ações que poderão ser do seu interesse.

Feira do Livro Municipal

O Museu da Quinta de Santiago acolherá, a partir do dia 25 de Novembro, a Feira do Livro Municipal. Um espaço onde poderá encontrar as várias publicações da autarquia que estará aberto de 2ª a 6ª feira das 10h00 às 13h00 e das 15h00 às 18h00 e aos sábados, domingos e feriados, das 15h00 às 18h00.

As edições da Câmara Municipal de Matosinhos pautam-se, desde sempre, por uma altíssima qualidade gráfica. Qualquer obra editada pela Câmara será sempre um belo presente de Natal. Aproveitem. Com descontos até 75% de desconto serão uma excelente opção para este Natal tão pouco recheado.

E é desta forma que continua a nossa aposta na difusão do livro, no fomento dos hábitos de leitura e no consequente incremento do nível de literacia.

A Feira do Livro estará patente no Museu da Quinta de Santiago até ao dia 22 de Dezembro e contará, também, com algumas atividades paralelas, das quais se destacam sessões de poesia e de Hora do Conto.

Já sabe, todos os dias, no Museu da Quinta de Santiago terá sempre um livro ao seu alcance. Visite-nos e aproveite para reviver este espaço emblemático da cultura em Matosinhos.



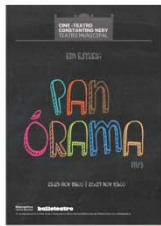
FEIRA DO LIVRO MUNICIPAL
(descontos até 75%)

**25 NOV
a
22 DEZ**

15H

Horário:
terça a sexta: 15h - 18h e 10h - 12h
sábados, domingos e feriados: 15h - 18h

R. de Vila Flôres 234 - 4410-3023 Loja do Zimeno e
23822413 | transporte@cm.matosinhos.pt





Uma nova forma de comunicar
Serviços de Comunicação e Imagem

Auditoria e Qualidade

O Gabinete de Auditoria e Qualidade (GAQ) irá, no ano de 2012, desenvolver esforços no sentido de ampliar o papel e o alcance da auditoria interna, de modo a ser um instrumento facilitador da optimização da gestão de risco.

O GAQ entende que o próximo ano deve ser marcado pela optimização do sistema de controlo interno, através da interacção dos diversos mecanismos de controlo, tais como o Plano de Prevenção de Corrupção, Norma de Controlo Interno, Procedimentos de Controlo Interno, Sistema de Gestão de Qualidade e Auditorias Internas.

Com o controlo interno, pretende-se estimular a implementação adequada e célere das políticas definidas pelo Executivo, as respostas qualificadas aos matosinhenses, e a qualidade e transparência nos actos praticados pelos serviços do município.



O GAQ irá continuar a assessorar toda a organização, na identificação das vulnerabilidades de cada área de actividade, mapeando-as, classificando-as e sugerindo as medidas correctivas de modo auxiliar o gestor/ responsável a alcançar os objectivos e metas definidas pelo Executivo. Na função de assessoria, incluiu-se a actualização e monitorização da implementação do plano de prevenção de corrupção, a reengenharia de processos, e a revisão da Norma de Controlo Interno, que será desenvolvida em articulação com todas as direcções e/ou departamentos e em consonância com a estratégia do Executivo.

No que respeita à modernização administrativa, o GAQ identificará necessidades de melhoria e controlo com o intuito de se promover acções de simplificação administrativa e reguladora no quadro das políticas definidas pelo Executivo.

Na vertente Qualidade, o Gabinete de Auditoria e Qualidade assegurará a realização de auditorias internas a todos os processos dos serviços certificados, de modo a garantir não só o



cumprimento da norma, mas também o acréscimo de valor na organização, tendo em vista a garantia da qualidade e a consequente renovação da certificação pela entidade correspondente.

Serão, em 2012, aperfeiçoados e implementados os processos de suporte do Sistema de Gestão de Qualidade,

nomeadamente os processos de Gestão de Infra-estruturas e de Higiene e Limpeza, alargados a todos os serviços, visando normalizar, agilizar e monitorizar os respectivos procedimentos, garantindo a sua eficácia e eficiência.

Candidaturas e Estudos de Viabilidade

Contrariar o ciclo recessivo em que o país está mergulhado obriga a que, para além da implementação de medidas de correcção estrutural com efeitos de médio e longo prazo, sejam criadas condições, no curto prazo, de incentivo ao investimento e de fomento ao emprego, que concorram para o crescimento da economia e o desenvolvimento sustentado do país.

Um dos importantes recursos que o país dispõe para esse efeito é a utilização dos fundos estruturais, disponibilizados através do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Por conseguinte, a execução dos projectos municipais co-financiados pelo QREN reveste-se da maior importância, dado tratar-se, maioritariamente, de projectos de pequena e média dimensão. Para além de se destinarem à melhoria da qualidade de vida da população local, estimulam o investimento interno e, consequentemente, os níveis de emprego.

Estando o QREN a aproximar-se do final da sua fase de maturidade, é importante para a Câmara Municipal de Matosinhos consolidar as suas candidaturas e executar física e financeiramente os projectos que lhes estão associados, dentro dos prazos contratualizados.



A Câmara Municipal de Matosinhos dispõe de um vasto conjunto de candidaturas aprovadas - fruto do trabalho de parceria desenvolvido entre o Gabinete de Candidaturas e Estudos de Viabilidade (GCEV), as diferentes Unidades Orgânicas e as entidades externas envolvidas em projectos conjuntos. Assim, pretende-se manter, nos próximos anos, um nível de investimento

adequado ao padrão de desenvolvimento que o Concelho atingiu, e definir um novo conjunto de investimentos estruturantes para o seu desenvolvimento.

Objectivos para 2012:

1. Consolidar o trabalho de parceria com as restantes Unidades Orgânicas e entidades externas envolvidas na realização, acompanhamento e controlo físico e financeiro dos projectos em execução e/ou em preparação;
2. Procurar manter, dentro do planeado, a execução física e financeira dos projectos com candidaturas aprovadas;
3. Agilizar procedimentos de modo a reduzir, ao mínimo possível, o tempo médio de recebimento do co-financiamento;
4. Criar condições para que a entidade possa aceder a financiamentos com enquadramentos/critérios regulamentares mais exigentes;
5. Procurar garantir o financiamento do QREN para alguns dos projectos/actividades relevantes na estratégia de investimento municipal perspectivada para os próximos anos.



Promoção da Economia Local e Turismo

Em 2012, deverá assistir-se a uma estagnação do crescimento das economias da zona euro, prevendo-se que as taxas de desemprego se mantenham tão elevadas quanto as actuais. A incerteza nos mercados financeiros, aliada à fragilidade da economia mundial, reforçará esta tendência de fraco crescimento.

Consequentemente, o apoio ao crescimento e consolidação do sector empresarial do concelho de Matosinhos deverá continuar a ser um dos pilares de actuação do Executivo, de forma a estimular e captar novos investimentos.

Divisão de Promoção da Economia Local e Turismo:

1. Promoção de uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos sectores económicos locais:

- Divulgar a “Loja do Empreendedor”, serviço que opera como uma “via verde” entre o empresário e a autarquia, no plano de celeridade de respostas.
- Alargar a novas unidades o MATOSINHOSFINICIA como programa de apoio às pequenas e médias empresas do concelho, que pretendam realizar investimentos.
- Dinamizar conferências para os empresários do município, sobre temas da actualidade económica e financeira.
- Captar as indústrias criativas para Matosinhos, alargando a dinamização da incubadora de empresas no Mercado de Matosinhos, através da Associação QUADRA.
- Dinamização do Centro de Inovação de Matosinhos, alojando empresas de referência nacional.
- Dinamizar o comércio tradicional, através da implementação dos projectos, em colaboração com a Associação QUADRA.
- Definir estratégias de dinamização e promoção do tecido empresarial de Matosinhos, em articulação com as associações representativas dos empresários do concelho.
- Promover estratégias de Marketing territorial de valorização dos recursos locais, com destaque para as áreas da restauração, feiras e mercados e artesanato, logística, turismo, arquitectura, entre outros.



- Participar na modernização tecnológica e comunicacional do tecido empresarial local, com a divulgação de novas ferramentas e tecnologias, essenciais aos desafios colocados pela actual economia.
- Fomentar o relacionamento institucional e as parcerias locais e regionais.
- Definição e implementação de um quadro de actuação integrada no domínio da Formação Profissional, promovendo a qualificação profissional e o espírito empreendedor.
- Renovar e expandir a Chancela Restaurante 100%, com a abertura de uma nova fase.
- Captar mais investimentos privados para o concelho de Matosinhos, privilegiando-se sectores inovadores.



2. Implementar um novo método de gestão à organização e gestão de mercados e feiras da competência do município, alargando a oferta de produtos e serviços tradicionais e ajustando a visão do comerciante à nova realidade comercial:
 - Dotar a equipa adstrita aos mercados de competências pessoais e profissionais que permitam a utilização de novas tecnologias, com o intuito de aumentar a produtividade e a qualidade geral dos produtos e serviços prestados.
 - Investir na Qualidade, através da Formação aos operadores, dotando-os de conhecimentos essenciais ao nível das Normas de Higiene e Segurança Alimentar em vigor, bem como implementando um Manual de Gestão de Qualidade e Segurança Alimentar.
 - Implementar um novo Regulamento Municipal para o funcionamento dos Mercados Municipais.
 - Implementar um gabinete de atendimento ao consumidor de relacionamento personalizado com os operadores no Mercado.

- Estimular os jovens a aderir ao mercado, com a inserção de novas ofertas de produtos e serviços destinados especificamente ao *target* jovem.

- Introduzir no mercado mais e diversificados serviços e áreas de comércio essenciais nos dias de hoje.

- Aumentar o Fluxo de Visitantes ao Mercado com a sua divulgação no Terminal de Passageiros, investindo nos serviços/actividades destinados a um *target* jovem, realizar campanhas publicitárias e promover eventos lúdicos e culturais dentro e fora do Mercado.

3. Controlo metrológico na área geográfica do município:

- Aumentar substancialmente o número de equipamentos aferidos, alcançando a cobertura integral do território do concelho de Matosinhos em 2012.

- Proceder à recolha de dados caracterizadores do tecido empresarial do concelho.

4. Promoção da informação aos munícipes e direito de consumo:

- Manter-se-á o incentivo ao recurso à mediação de conflitos, para a resolução célere dos litígios em que sejam parte naquele domínio.

- Divulgação do CIAC e promoção de sessões de informação junto de escolas, associações empresariais, organismo públicos.

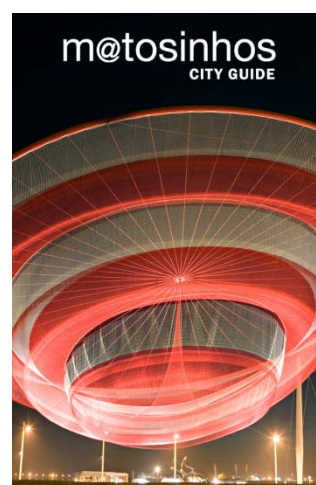


5. Promoção e divulgação turística

- "*Fim-de-semana Gastronómico de Matosinhos*", evento âncora no âmbito da dinamização do Produto Estratégico "Gastronomia e Vinhos" coordenado pelo "Turismo do Porto e Norte de Portugal - Entidade Regional" (TPNP-ER).

- 7ª Edição da "*Festa do Mar*", evento que alia a Gastronomia a um diversificado programa de animação, nas principais artérias de Matosinhos e no centro histórico de Leça da Palmeira.

- Prossecução do "*M@tosinhosCity Guide*", aplicação de telemóvel que permite aceder em tempo real e de forma gratuita, a toda a informação relevante sobre o Concelho de Matosinhos.



- Manutenção de uma página no *facebook* “Mar à Mesa” e a contínua reformulação do site “O Mar à Mesa”.

-Continuidade da parceria com a *Lifecooler*, através da participação pioneira no programa “Portugal Faz-lhe Bem.



- Implementação da Rede de Lojas Interactivas de Turismo. Trata-se de uma rede de informação que criará 60 novos espaços interligados que, com base em soluções tecnológicas, irão disponibilizar aos visitantes, informação sobre a oferta do Concelho e de toda a Região Norte. A implementação física deste projecto terá lugar no actual Matosinhos WelcomeCenter.



Cultura e Animação

A Cultura deverá ser entendida cada vez mais como um sector prioritário na definição de estratégias de desenvolvimento de qualquer região. É neste pressuposto que a Câmara Municipal de Matosinhos se propõe prosseguir (obviamente com alguns constrangimentos resultantes do actual contexto) com as principais linhas de actuação e iniciativas culturais alicerçadas nos últimos anos.

Atraindo anualmente, no segundo fim-de-semana de Setembro, centenas de milhares de pessoas, “Os Hospitalários no Caminho de Santiago” tornou-se já num dos acontecimentos maiores no calendário anual da animação cultural da Autarquia e da Área Metropolitana do Porto. Pensada como um espaço e um momento de animação, este certame visa também a divulgação e potencialização patrimonial e turística do Mosteiro de Leça do Balio, nomeadamente no contexto dos (re) emergentes Caminhos de Santiago em território nacional. Para tal realizar-se-ão, paralelamente à feira, um conjunto de iniciativas “científicas” (palestras, colóquios...) e a recriação de peregrinações pelos antigos Caminhos de Santiago nesta região.



No âmbito das recriações históricas, e envolvendo nestas iniciativas as associações teatrais e folclórica do concelho, promover-se-á igualmente, nas Festas do Senhor de Matosinhos, a reconstituição da vinda das tropas napoleónicas à Romaria do Bom Jesus de Matosinhos durante as Invasões Francesas.

Momento de igual modo incontornável, há já vários anos, na programação da animação, e visando a afirmação das praias do concelho enquanto espaços privilegiados de lazer e veraneio, promover-se-á também uma nova edição da “Beach Party”. Também as festas nocturnas de verão, nos jardins do Museu da Quinta de Santiago, desenvolvidas pela primeira vez com assinalável sucesso em 2011, deverão ser repetidas neste ano.

A música clássica é uma das “marcas” culturais mais (re)conhecidas de Matosinhos a nível nacional e até internacional. Prosseguiremos a aposta que vimos fazendo nos últimos anos no alicerçar do projecto pioneiro (e até agora único) da constituição e regular programação de um residente Quarteto de Cordas, com mais de uma dezena de espectáculos por ano no concelho, e outros fora dele (incluindo na “Casa da Música” e em Guimarães Capital Europeia da Cultura). 2012 marcará também o início de um programa de “concertos pedagógicos” por parte deste Quarteto em estabelecimentos de ensino do concelho. Destaque também para a continuação da audição integral das sonatas de Beethoven, pelo pianista António Rosado, e para dois concertos da Orquestra Nacional do Porto, no “Constantino Nery”.



A Galeria Municipal de Matosinhos manterá uma programação continuada e qualificada, da qual farão parte não só nomes de referência absoluta do panorama nacional, como é o caso de Vieira da Silva, mas também internacional, de que serão exemplo a ceramista alemã Linde Burkhardt.

Inaugurado no final de 2011, será em 2012 que esperamos projectar o Centro de Arte Moderna Gerardo Rueda Matosinhos, como um projecto de referência nacional. A uma programação regular no campo das artes plásticas, assente na exposição permanente da magnífica colecção da Fundação Rueda depositada em Matosinhos, será acrescentada uma

programação de exposições temporárias (de longa duração), com enquadramentos próximos à colecção.

A actividade editorial é, igualmente, uma das “marcas” da política cultural da Câmara Municipal de Matosinhos, sendo hoje uma das Autarquias do país que mais edita. Prosseguiremos a nossa continuada e qualificada prática editorial com uma obra de grande qualidade gráfica sobre postais antigos de Matosinhos, a edição do livro-catálogo da exposição “Rio da Memória”, obra incontornável para o conhecimento da Arqueologia da bacia do rio Leça, e a continuação da edição de volumes de “Matosinhos. Monografia do Concelho”.

A preservação da Memória Histórica do concelho manter-se-á nas prioridades da acção cultural do Município, alicerçada em dois equipamentos: o Gabinete Municipal de Arqueologia e História (GMAH) e o Museu da Quinta de Santiago (MQS).

Em 2012, o GMAH dará continuidade ao inventário do Património arqueológico e histórico e procederá à implantação de sinalética informativa nos principais monumentos do concelho. Realizará também acções de investigação e valorização no sítio arqueológico do Monte Castelo de Guifões. Paralelamente serão desenvolvidas outras acções de divulgação da História e Património Local, nomeadamente conferências e visitas guiadas.



Durante 2012 o MQS promoverá três exposições com acervo da autarquia, mas também com outras obras de particulares e de outras instituições públicas e privadas. No início do ano estará ainda patente a exposição evocativa do centenário de Fernando Pinto de Oliveira. De Fevereiro a Maio será reposta a exposição permanente do Museu, baseada nas obras de

António Carneiro, Agostinho Salgado e Augusto Gomes. Esta exposição será, contudo, a oportunidade para divulgar algumas obras destes pintores recentemente integradas na colecção municipal. De Maio a Setembro, e coincidindo com a época balnear, será apresentada uma exposição evocativa de Leça da Palmeira dos finais do século XIX/inícios do XX, quando era referência absoluta no norte de Portugal como uma das principais estâncias balneares da região. Finalmente, de Outubro a Dezembro, e com base integralmente na colecção municipal, será apresentada a exposição “Desenho na Colecção da Câmara”, integrado na Trienal Movimento Desenho.



Os Serviços Educativos do Museu da Quinta de Santiago e da Rede de Museus de Matosinhos prosseguirão com a organização de cursos e de outras iniciativas que registaram significativa adesão em anos anteriores, como é o caso da ocupação de jovens e crianças no tempo de férias, e a organização de festas de aniversário explorando aqueles espaços museológicos.

A Autarquia continuará a apoiar iniciativas culturais que partam da sociedade civil e de colectividades. Também as escolas de dança sediadas no concelho continuarão a ser incentivadas através da realização do “Dancem Todos”.

No próximo ano, o Cine-Teatro Constantino Nery pretende acolher novamente na sua programação duas peças de teatro dos autores abordados nos programas curriculares do ensino. A pensar nos mais pequenos pretende também realizar concertos e teatro para bebés que despertam as emoções, a imaginação e a criatividade nos mais pequenos.

O Constantino Nery terá duas produções próprias no próximo ano, “Chavela Vargas” e “Gainsbourg” que serão encenadas por Luísa Pinto. Tendo em conta o grande sucesso da produção própria de 2011 “Missa do Galo”, esta será reposta durante duas semanas. Pelo quarto ano consecutivo continuará com a sua parceria com o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica e terá um ciclo de concertos da Orquestra Jazz de Matosinhos que se intitulará Jazz Composers.



Estará em cena também um conto da autoria de Rita Silva que foi adaptado pela mesma numa peça de teatro infantil intitulada “O Elefante que queria voar”.

Acolherá ainda as peças de Teatro como “Português Suave” (com Óscar Branco), “O Bando”, “Tristeza e alegria na vida das girafas” e “Ibéria”. Contará com a presença de espectáculos das companhias “Teatro Meridional” e “Circolando”.

A programação de para 2012 para o público geral terá, na sua parceria com a rede de Teatros “Acto 5” financiada pelo QREN, os seguintes espectáculos: Laços de sangue e Programa II CNB. Para além do concerto dos GNR que comemorará o quarto aniversário do Cine-Teatro Constantino Nery, pretende-se acolher um espectáculo de David Fonseca, Helena Sarmento/Fado, Orquestrada e um espectáculo de Ópera.

Pretende-se ainda realizar o Primeiro Festival de Teatro e Artes Performativas de Matosinhos de Autores de Língua Portuguesa.

Destacam-se como acções prioritárias das Bibliotecas o 7º Encontro Internacional: LEV – Literatura em Viagem, reunindo em torno do dia 23 de Abril – Dia Mundial do Livro e dos Direitos de autor, escritores nacionais e internacionais, para falar de livros e viagens.



Outra aposta fundamental continuará a ser a Festa da Poesia, que neste ano irá para a sua 8ª edição, onde se assinalará, no dia 8 de Dezembro, o nascimento e morte de Florbela Espanca, com mais uma série de actividades que homenageiam a poesia nas suas variadas formas, sentires e expressões.

Serão como habitualmente comemoradas efemérides importantes como, os aniversários dos novos edifícios da biblioteca Municipal Florbela Espanca e da Biblioteca Anexa de S. Mamede Infesta, o Dia Mundial da Poesia, o Dia Mundial da Criança ou o Dia internacional do Livro Infantil. O público infanto-juvenil, adulto e sénior não será esquecido com a continuação das actividades regulares e com a promoção de várias actividades de promoção do livro e da leitura. O Centro de Leitura Especial continuará as suas actividades junto dos utilizadores com necessidades especiais.

2012 será também o ano em que virão à luz dois grandes projectos financiados: o projecto “Doze meses, doze escritores”, co-financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no qual serão convidados 12 escritores portugueses contemporâneos para melhor dar a conhecer à comunidade local a sua vida e obra, e o projecto “Art@Biblio” um projecto ON2 que visa a constituição de uma Rede de Bibliotecas em que são parceiros cinco municípios através das suas bibliotecas, tendo como ponto agregador a concretização e itinerância pelos parceiros de uma exposição temática “Livros de artista: do Rato Mickey a Andy Warhol” e um programa de actividades que inclui acções de formação, conferências e oficinas de leitura.

Educação e Formação

Em 2012, a Câmara Municipal de Matosinhos dará continuidade a uma política educativa que se consubstancia no desafio de promover o sucesso escolar precocemente e de modo inclusivo.

A autarquia investirá em 2012, como resposta de primeira linha, na renovação e manutenção do parque escolar, na acção social escolar e no Conselho Municipal de Educação.

Identificar situações de risco social, familiar, problemas de aprendizagem, dinâmicas de desenvolvimento e de interacção, e respostas especializadas, são medidas que pretendem atingir níveis de sucesso escolar mais satisfatórios.

Não serão descuradas, contudo, medidas que promovam o desenvolvimento de competências de independência, autonomia, aproveitamento e expansão do potencial individual. Inclui-se, neste domínio, a dinamização do Torneio Inter-escolas Secundárias (modalidades), em fase de arranque na sua



13.ª edição (em 2012 dinamizar-se-á um torneio semelhante para as escolas básicas).

Todos os alunos que apresentem dificuldades no seu percurso educativo serão integrados num conjunto de respostas articuladas com os diferentes parceiros sociais. Estas respostas desenvolver-se-ão desde a creche, à educação pré-escolar e 1.º ciclo (projecto “A Ler Vamos...” e projecto de promoção de competências matemáticas), e são alargadas ao 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário (Projecto EPIS, e Escola de Segunda Oportunidade).



Carácter inovador do trabalho

1. Articulação entre estabelecimentos de ensino públicos e solidários que facilita o acompanhamento dos alunos ao longo da escolaridade e a intervenção atempada e contingente com as suas necessidades.

2. Intervenção ao nível do reordenamento da rede escolar, no que diz respeito à renovação dos espaços existentes e à construção de escolas integradas desde a creche ao 3.º ciclo do ensino básico, bem como em escolas integradas até ao 1.º ciclo (creche, educação pré-escolar e 1.º ciclo).



3. Criação de unidades de apoio a alunos com multi-deficiência e com autismo.

4. Relativamente à Acção Social Escolar, continuar-se-ão a expandir os apoios concedidos na aquisição de livros e materiais, transportes e oferta de refeições escolares. Pretende-se, também, assegurar as refeições gratuitas a crianças e alunos do concelho nas interrupções lectivas.

5. O fornecimento de refeições escolares, considerando ementa nutricionalmente equilibradas e ajustadas às necessidades das crianças do pré-escolar e dos alunos do 1º ciclo do ensino básico.

6. Alargamento do Regime de Fruta Escolar aos jardins-de-infância do concelho.



7. Formação interna ao pessoal não docente.

8. Concepção e desenvolvimento do projecto “A Ler Vamos...”, único em Portugal.

9. Início da implementação do projecto de promoção de competências matemáticas.

10. Manter o desenvolvimento da Escola a Tempo Inteiro.

Sustentabilidade da estratégia a desenvolver

1. Aposta na formação de docentes e pais em diversas áreas para facilitar a manutenção das mudanças;
2. Transferência de verbas e de gestão do pessoal não docente para os Agrupamentos de Escolas;
3. Realização de estágios curriculares e profissionais em diversas áreas de formação que possibilitam a disseminação das políticas e metodologias autárquicas;
4. Lógica de actuação acção - investigação - acção, permitindo o desenvolvimento de metodologias adaptadas às necessidades contextuais;
5. Avaliação contínua, nas diferentes valências, e reformulação constante das estratégias implementadas, de modo a responder adequadamente às necessidades;
6. Dinamização do Conselho Municipal da Educação.
7. Consultadoria científica realizada com universidades, nas diversas áreas de intervenção.

Satisfação de necessidades educativas do concelho

A política educativa da autarquia englobará um conjunto de medidas articuladas com os parceiros sociais com o objectivo de promover o sucesso escolar. Estas medidas contemplarão respostas a necessidades básicas relacionadas com as condições logísticas (equipamentos, refeições, manuais escolares, transportes), mas também iniciativas de promoção da qualidade do ensino e de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

De acordo com os indicadores fixados a partir da Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Matosinhos, emergiu a necessidade de elaboração do Projecto Educativo Municipal. Este projecto surge com o intuito de harmonizar os diferentes projectos educativos das escolas do concelho, acentuando as suas diferenças e características próprias. Na sequência das acções já implementadas, e reconhecendo a necessidade de uma resposta cada vez mais local para a resolução dos problemas de cada comunidade educativa, propõe-se para o ano de 2012 a concretização do projecto.



Juventude, Voluntariado e Desporto

Tendo por base a tríade Formação, Informação, Animação, o plano de actividades da Divisão de Promoção Cívica: Juventude, Voluntariado e Desporto para o ano de 2012 procura o equilíbrio saudável entre estas, tocando as grandes áreas de interesse para o incremento do desenvolvimento sustentado desta franja da população.

Nos Projectos de Intervenção Juvenil, será dada uma continuidade ao trabalho desenvolvido até então numa lógica de desenvolvimento pessoal e social dos jovens. Face à conjuntura socioeconómica actual, dar-se-á primazia ao apoio psicossocial de jovens e educadores através da formação (Workshops) e integração (consulta psicológica, desenvolvimento de competências) de novas perspectivas de adaptação favorável à conjuntura actual.

Outra das áreas prioritárias tem sido e será a música. A mudança da Orquestra de Jazz de Matosinhos para a Casa da Juventude de Matosinhos e a criação da Orquestra Júnior virão dar um novo fôlego ao Jazz, estendendo-o a outras franjas da população. Assim, mantém-se a aposta no Festival Matosinhos em Jazz



e na rubrica “Jazz Vai À Escola”, fazendo de Matosinhos um marco do Jazz no nosso país.

O tema da Cidadania será transversal a todas as áreas de actuação da Divisão num esforço de abranger uma maior percentagem da população, apostando numa intervenção de carácter global, reunindo diferentes indivíduos e saberes em torno das três Casas da Juventude.



No pressuposto anterior encontra-se o projecto Voluntariado em Matosinhos que, pelo seu sucesso e reconhecimento na comunidade, merecerá um incentivo nos projectos de continuidade, mantendo a formação dos voluntários, o contacto permanente com as instituições e as iniciativas de promoção do mesmo como aspectos primordiais para a manutenção e melhoramento do projecto.

Também a ocupação dos tempos livres e a animação continuarão a ser um dos investimentos. Cientes da importância da educação não-formal e informal na construção de identidades e desenvolvimento integral dos jovens, programaram-se acções lúdico-pedagógicas que envolvem áreas tão diversas como a música (Concurso de Bandas e o TalenTUs), o desporto (Artes de Rua), a Ciência (CSI- Ciência Sob Investigação), as Artes (Arte Fora de Sítio/Festival de Culturas Urbanas). A dinamização das Casas da Juventude será também um ponto a realçar, procurando ir de encontro às populações e assim atrair um maior número de público.



Finalmente importa realçar o investimento no Associativismo Juvenil e Desportivo. O primeiro através do incentivo à continuidade e ao trabalho das associações com jovens nos seus órgãos directivos, dando-lhes voz nas acções a implementar. O segundo, através do apoio aos clubes e atletas com o intuito de incentivar a prática do desporto e a adopção de hábitos de vida saudáveis. Ainda neste âmbito, pretende-se dar um novo fôlego ao desporto informal, abrindo o jardim situado nas traseiras da Casa da Juventude de Matosinhos à prática de várias modalidades e, paralelamente, realizando acções de promoção (tertúlias, Workshops) junto dos jovens.



Promoção Social e Saúde

As dificuldades que se têm vindo a sentir nas famílias, nomeadamente, o desemprego, a perda de rendimento, o endividamento, a redução de apoios sociais, são problemas para os quais as políticas de proximidade não podem deixar de encontrar novas respostas.

Partindo de um diagnóstico participado, realizado no âmbito da Rede Social concelhia, propõe-se um conjunto de acções que, por um lado, pretendem responder aos novos desafios, alargando a intervenção a um conjunto de pessoas, que até aqui estavam fora do circuito de apoio social, e, por outro lado, dão continuidade às acções com capacidade para responder a um diverso leque de problemas, alargando, simultaneamente o conjunto de pessoas beneficiárias das mesmas.



A cooperação será o núcleo estratégico das parcerias com as entidades da sociedade civil, ganhando escala, inventariando e rentabilizando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia e eficiência de todos os intervenientes e projectos.

Neste contexto, estão previstas um conjunto de acções pensadas para responder aos novos desafios resultantes do actual contexto económico e social, nomeadamente:

Banco Concelhio de Bens

A divulgação e gestão cooperativa dos recursos doados será possível, maximizada a sua distribuição e conseqüente o benefício dos matosinhenses que deles carecem.

O Banco Concelhio de Bens favorece a gestão global de todos os bens, ganhando assim um volume de intervenção e escala que permitirá também o respectivo tratamento, triagem, reparação ou reutilização dos diferentes produtos.

Banco Concelhio de Ajudas Técnicas

O Banco de Ajudas Técnicas providenciará:

- A gestão de todos os *stocks* existentes no concelho, identificando e referenciando o tipo e o número de ajudas técnicas disponível em cada instituição ou serviço;
- A resposta e caracterização dos pedidos de empréstimo, a identificação da entidade detentora da Ajuda e o envio ao cidadão que dela carece.
- O levantamento, recuperação da ajuda e devolução à origem, finda a necessidade da mesma.
- Uma utilização racional das ajudas e a garantia de que qualquer pessoa pode beneficiar de uma ajuda técnica, independentemente de a mesma existir na freguesia de residência.

Farmácia Social

- Apoiar, ao nível da medicação, a população do concelho que se encontra em situação de vulnerabilidade económica e com problemas de saúde fundamentados em prescrição médica.
- Evitar desperdícios de medicamentos que estão dentro dos prazos de validade.
- Estabelecer protocolos com farmácias locais mobilizando a sua cooperação enquanto centros de recolha e de triagem de medicamentos entregues por municípios, bem como dos que sejam cedidos por laboratórios aderentes a esta iniciativa.



Boomerang social

- Possibilitar aos/às jovens licenciados/as oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento de competências.
- Aproximar jovens à procura do primeiro emprego dos contextos do mercado de trabalho;
- Resgatar desempregados de longa duração, para ocupação social com recurso às competências em contextos profissionais;
- Gerar dinâmicas promotoras de processos de reintegração na vida activa, e de desenvolvimento da auto-estima e motivação de desempregados de longa duração.

Objectivos a manter em 2012:

Rede Social

No âmbito da Rede, o Conselho Local de Acção Social dará continuidade ao trabalho desenvolvido, designadamente através do acompanhamento realizado às Comissões Sociais de Freguesia.

Igualdade de Género

Será dada continuidade ao acompanhamento à realização das acções inscritas no Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género.

Equipamento e Respostas Sociais

Manteremos o apoio prestado às Instituições que intervêm nas diferentes áreas – infância, deficiência e terceira idade, apoio esse que será desenvolvido num novo paradigma que busca a transparência acrescida, o alargamento a um maior número de pessoas, a diversidade de respostas e a sustentabilidade solidária das diferentes instituições.

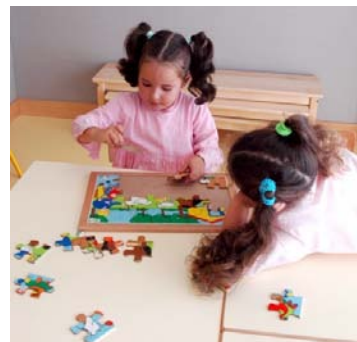


Ainda nesta área, destacamos a construção, requalificação e criação de equipamentos e respostas sociais no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano e do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Será possível, através deste apoio aumentar o número de vagas para Lar Residencial, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Actividades Ocupacionais, na área da deficiência e Lar e Serviço de Apoio Domiciliário, na área da Terceira Idade para cerca de 258 pessoas, criando cerca de 151 postos de trabalho.

A destacar, também, o apoio para a construção de duas Unidades de Cuidados continuados, da responsabilidade da Realidade Social – Cooperativa de Solidariedade. Para além das unidades, o complexo, designado de Centro de Bem Estar Social prevê a construção de uma Creche e um Centro de Dia.

Plano Desenvolvimento Social para a Infância do Concelho de Matosinhos

Resultante das necessidades levantadas no Concelho acerca deste domínio, assim como dos contributos dos agentes que trabalham destaca-se a continuidade na realização das reuniões de grupo temático da Infância, divulgação do Estudo, a redefinição do programa a ser desenvolvido na área da Infância e o acompanhamento das instituições da área.



Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades

Pretende-se que o objectivo estratégico seja o de consolidar acções que permitam construir quotidianamente um concelho inclusivo, garantindo o direito à autonomia e à qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades. Desta forma, prevê-se a continuidade na realização das reuniões de grupo temático da Deficiência/ Incapacidades e o acompanhamento das instituições da área.

Plano Gerontológico de Matosinhos

Destacamos a continuidade de algumas respostas, designadamente, Matosinhos Amigo, a Tele-assistência Domiciliária, o Serviço de Apoio Domiciliário e o acompanhamento das instituições da área, estando previsto o alargamento do público-alvo das actividades do Programa



MATOSINHOSénior a toda a comunidade sénior de Matosinhos.

Atendimento Integrado

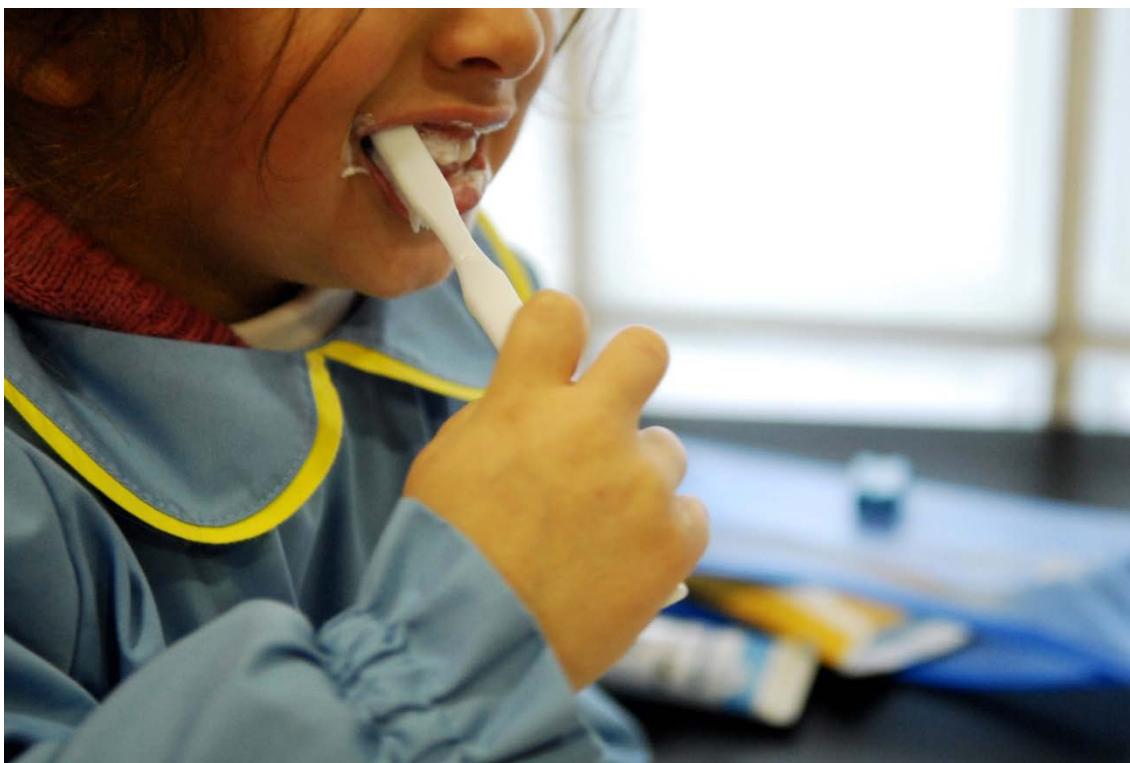
O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da (s) rede (s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos

desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Desta forma dar-se-á continuidade ao acompanhamento e coordenação do processo de implementação do Atendimento Integrado.

Saúde

A Autarquia dará continuidade à implementação das acções do Plano Municipal de Saúde do Concelho de Matosinhos, no que diz respeito às acções de prevenção da doença e promoção da saúde nos diversos domínios de intervenção identificados.

Assim, destacamos, no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva, a apresentação do estudo dos comportamentos, atitudes e crenças sobre a Sexualidade. Em articulação estreita com o plano de actividades da ULSM, serão dinamizadas importantes acções nas áreas de saúde, nomeadamente os dias comemorativos e, no âmbito da Saúde Oral, a celebração de protocolos, que prevêm o tratamento dentário das crianças carenciadas.



Gabinete de Apoio Social - GAS

Será dada continuidade ao Apoio Psicológico dos funcionários dos serviços municipais.

Situações de Risco

Organização da rede da parceria das instituições de combate à precariedade económica

Objectivo:

- Garantir a complementaridade e a não sobreposição de apoios (pecuniários e em espécie) junto de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade económica.

Trata-se de promover uma cada vez mais estreita articulação entre as instituições da Rede de Atendimento Integrado e as entidades cuja actuação se baseia, sobretudo, em trabalho voluntário e que prestam um apoio complementar à população carenciada do concelho de Matosinhos.

Esta articulação concretiza-se, entre outros aspectos, na participação destas entidades na base de dados concelhia referente às pessoas com apoio / acompanhamento social e na implementação de um sistema de comunicação que permita saber *“quem apoia quem e que tipo de apoio presta em cada caso”*, despistando-se, assim, uma eventual sobreposição de ajudas semelhantes às mesmas situações.

Parceria com a ADEIMA

Dos Projectos em curso destacamos o Centro Novas Oportunidades, o Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) na área do Secretariado e Trabalho Administrativo, de nível secundário, a Mestre Jardim, o Espaço R, o Projecto Novas Metas, os protocolos RSI –



Rendimento Social de Inserção, Por Matosinhos (rede local dos 6 Centro Novas Oportunidades do Concelho), o Projecto Agir em Matosinhos, o Projecto Matosinhos Activo 2, Projecto GIGAS, as Estudotecas e o Projecto Marginal Atlântica.

A ADEIMA pretende avançar com acções de formação modulares e dois cursos EFA, nas áreas da floricultura e jardinagem, restauração, hotelaria e comércio.

Administração do Território

Departamento de Gestão Urbanística

Objectivos para 2012:

- 1 – Procurar responder a todas as solicitações externas, sejam elas referentes a projectos ou a reclamações, sempre dentro dos prazos previstos na lei e do bom senso.
- 2 – Disponibilizar um registo fiável de todos os antecedentes processuais das operações urbanísticas, passadas e presentes.
- 3 – Manter a colaboração com o GEPE no sentido de criação de um “modelo” para o registo em cartografia actualizada, de todas as redes, fundiária, imobiliária e predial.
- 4 – Completar a base de dados de todos os edifícios classificados ou em vias de classificação, com inclusão das medidas de intervenção para cada imóvel.
- 5 – Tornar oportuna a intervenção da fiscalização urbanística, uma vez que procedimentos tardios ou extemporâneos poderão condenar ao insucesso o papel a que a Autarquia está obrigada nesta área.
- 6 – Organizar e sanear os processos de obras sem licença promovendo as medidas cautelares de controlo e as medidas de reparação e reposição de legalidade.
- 7 – Continuar a exercer uma tutela firme na fiscalização de todos os actos urbanísticos, com penalização dura dos prevaricadores, incluindo procedimentos disciplinares junto das ordens profissionais, implementando medidas de estímulo a todos os que intervenham com moderação, bom senso, competência e correcção no território.
- 8 – Fazer uma cartografia georreferenciada das acções da fiscalização.
- 9 – Manter o acompanhamento dos processos de legalização em AUGI’s que se encontram em curso.



Gabinete de Estudos Urbanísticos

Objectivos para 2012:

- 1 – Estudo Urbanístico para a área de Monte Espinho, Leça da Palmeira.
- 2 – Estudo Urbanístico para o lugar das Icas, Leça da Palmeira.
- 3 – Estudo de alinhamentos e cérceas no lugar de Moalde, S. Mamede Infesta.
- 4 – Estudo de alinhamentos e cérceas na zona das Carvalhas, Custóias.
- 5 – Estudo Urbanístico para a área envolvente do Eixo Norte-Sul, Matosinhos.

Departamento de Planeamento Urbanístico

Divisão de Planeamento Urbano

A grande finalidade durante o ano de 2012 é concluir a revisão do PDM, ainda que em paralelo com outras finalidades às quais é necessário garantir continuidade, nomeadamente os Planos de Urbanização (PU) em curso.

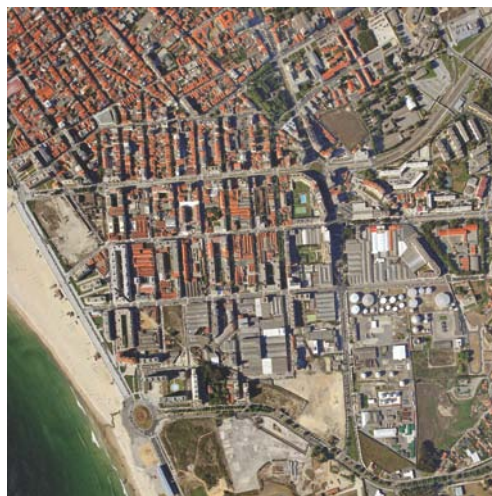
Factor essencial no desenvolvimento e conclusão dos trabalhos, é a obtenção da cartografia de referência homologada. Sem esta está em causa a finalização do PDM assim como dos PUs pendentes já este ano dessa componente cartográfica.



PDM

Durante o ano de 2012 elaborar-se-á a proposta de Plano, para apresentação e apreciação da CM M, prevendo-se:

- Elaboração do Regulamento.
- Finalização da Carta de Condicionantes.
- Esboço prévio do Projecto de Monitorização do Plano.
- Finalização do Programa de Execução do PDM
- Elaboração da Estrutura Ecológica Municipal, tendo em consideração os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica.
- Elaboração do Plano de Acessibilidades e mobilidade, integrando a rede de transportes, rede viária e ciclável.
- Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica
- Actualização da Carta de Ruído.
- Revisão da REN, da RAN, Categorias do Solo Rural.
- Conclusão do Relatório da Avaliação e Execução do PDM com base no Levantamento Funcional e resultado das entrevistas aos serviços.
- Relatório dos Factores Críticos adveniente da AAE
- Reinício das reuniões de acompanhamento com a CCDRN.
- Acompanhar o Projecto de Reconversão das AUGI de Matosinhos, através da viabilização das AUGI Urbanisticamente Condicionadas.



Planos de Urbanização e de Pormenor:

- Prosseguimento dos procedimentos institucionais dos Planos elaborados em 2011 (PU da Zona Industrial de Leça da Palmeira, PU para o novo centro Urbano de Cabanelas, PU para a envolvente á Rua de Recarei, Alteração ao PU para a Zona do Sardoal em Leça da Palmeira, PU para Custió-Araújo, PU da Faixa Litoral Memória – Pampelido - Cabo do Mundo) para obtenção da sua eficácia jurídica.
- Conclusão das propostas técnicas para aprovação de Câmara e Assembleia Municipal, e posterior envio para a CCDR-N, do PU para a Zona dos Caulinos da Senhora da Hora e Santa Cruz do Bispo e do PU para o Parque Desportivo/Recreativo Nascente do Concelho.

Objectivo 1 – Prosseguimento dos procedimentos institucionais para conclusão da fase de concertação, aprovação, publicitação e registo, para plena eficácia dos seguintes PU's, dependente do fornecimento da cartografia homologada pelo GEPE:

1. Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo;
2. Plano de Urbanização para o novo Centro Urbano de Cabanelas;
3. Plano de Urbanização para a envolvente à Rua de Recarei;
4. Plano de Urbanização para Custió/Araújo;
5. Plano de Urbanização para a Faixa Litoral Pampelido-Memória-Cabo do Mundo;



Objectivo 2 – Conclusão técnica para aprovação da CMM e envio à CCDRN para parecer final os seguintes Planos:

6. PU do Parque Desportivo/Recreativo Nascente do Concelho PU para a Quinta do Chantre e sua envolvente.
7. PU para a Rua Cândido dos Reis (Caulinos) incluindo a Avaliação Ambiental Estratégica.

Objectivo 3 – Continuação da elaboração dos seguintes planos:

8. Plano de Urbanização para o novo Centro Urbano de Lavra.
9. Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente.

Objectivo 4 – Acompanhar e coordenar os Planos que estão a ser elaborados no exterior, nomeadamente o PU de Cabanelas, Recarei, Faixa Litoral Pampelido-Memória, elaboração do relatório de AAE do PU dos Caulinos na Senhora da Hora e respectivo Plano.

Objectivo 5 – Acompanhar o dossier Sistema de Gestão de Qualidade.

Divisão da Mobilidade

Objectivos para 2012:

- Análise e acompanhamento do processo de reperfilamento da A28 no troço "Freixieiro/Póvoa de Varzim" na sequência das recomendações da autoridade de AIA ao INIR, para equacionar a reformulação do Nó do Freixieiro, assim como, uma ligação desta via ao Centro de Carga Aérea do Aeroporto Sá Carneiro.
- Promover e acompanhar a implementação das acções previstas no Plano Local de Promoção das Acessibilidades de Matosinhos (PLPA), elaborado no âmbito de Candidatura ao QREN-

POPH e, aprovado pela CMM, que visam a investigação, sensibilização e a promoção de “boas práticas” das acessibilidades e da mobilidade em Matosinhos.

- Acompanhamento do Projecto de Execução de reperfilamento 2x3 vias do IC1 no troço entre o “ Viaduto de Leça e a Rotunda da AEP”, assim como, das alterações para a melhoria das acessibilidades à Efacec, na Via Norte.



- Acompanhar o dossier relativo aos estudos de requalificação e reconversão

da Estrada da Circunvalação em toda a sua extensão, sobretudo no troço compreendido entre a Rotunda AEP e Rotunda Praça S. Salvador, envolvendo a C.M. Porto.

- Dar continuidade aos estudos de reconversão viária da Av. Mário Brito, na perspectiva de analisar e preservar a viabilidade da introdução dum canal destinado ao Metro ou, dum modo de transporte equivalente, que efectue a sua ligação ao Aeroporto Sá Carneiro.

- Promover e acompanhar as acções de interesse estratégico para o concelho em matéria de transportes, bem como, das acessibilidades, dando especial relevância às novas linhas de S. Mamede, do Campo Alegre e a extensão à praia.

- Elaborar e concluir alguns estudos para implementação de posturas de Trânsito e de circulação viária ou, de estudos de tráfego e projectos de sinalização, para várias áreas urbanas existentes ou em construção, assim como, dar continuidade à atribuição de lugares de estacionamento para cargas e descargas e, para pessoas portadoras de deficiência, um pouco por todo o Concelho.

- Elaboração de Estudos e Planos que concorram para a melhoria das acessibilidades físicas e a eliminação das barreiras arquitectónicas no espaço público, procurando promover a continuidade dos percursos pedonais, assim como a criação de corredores destinados às ciclovias.

- Dar continuidade à implementação de medidas recomendadas pela ANSR, para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária em Matosinhos.

- Promover, acompanhar e colaborar com a Refer na análise e estudos com vista à supressão, eliminação ou requalificação das passagens de nível da linha de Leixões.

- Acompanhamento dos estudos de Ligação da A28 à Refinaria do Norte, em via dedicada, com percurso definido pela Rua D. Marcos da Cruz, assim como, do processo de transferência do Parque Logístico de Real para Perafita.

- Dar continuidade ao acompanhamento do processo de implantação em Matosinhos das Plataformas Logísticas de Gonçalves e Gatões e, sua articulação com a rede rodo-ferroviária municipal, regional e nacional.



- Participação nos trabalhos, análise e estudos no âmbito das tarefas que visam a reestruturação e a racionalização da rede de transportes públicos de passageiros promovido pelo grupo de trabalho nomeado pelo governo, que inclui a AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto.
- Promover e acompanhar a proposta elaborada para uma ligação sobre o IC1, entre a zona do Estádio do Mar e a Rua da Barranha com alteração da estrutura viária na sua envolvente para articulação com os novos acessos previstos à zona do Estádio do Mar e, a introdução duma nova giração na Rua da Barranha.
- Participação nos trabalhos, análise e elaboração de estudos para a actualização do Estudo Piloto com vista à formalização dum Plano de Mobilidade para o concelho.
- Conclusão das cartas das ZER – Zonas de Emissões Reduzidas em elaboração, no âmbito da participação municipal na implementação das medidas previstas no “ Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na região Norte”.
- Dar acompanhamento às obras de conclusão dos restabelecimentos e de integração paisagística do IP4, da VRI e do IC24, assim como dos processos relacionados com zonas “non-aedificandi” e processos expropriativos a solicitação do tribunal.
- Elaborar e concluir diversos estudos viários, ou posturas de trânsito por todo o concelho.
- Estudo para análise da viabilidade duma ligação pedonal entre a estação do metro de Esposade e o aglomerado das Carvalhas.
- Conclusão da carta com os sentidos de trânsito de todos os arruamentos do concelho.

Estudos e Planeamento Estratégico

O novo paradigma de desenvolvimento sustentado do território pressupõe a definição de políticas estratégicas de competitividade e de intervenção alicerçadas em acções estruturantes e estruturadas. A gestão e governação autárquica devem basear-se num processo de planeamento que promova uma visão estratégica, tendo como objectivo a convergência social e económica com enfoque nas necessidades dos cidadãos e nos interesses públicos.

Objectivos a manter:

- Dar continuidade a três Estudos de Âmbito Municipal: a Agenda Local 21, que visa estabelecer um programa de acção que permita o desenvolvimento sustentável do território, tendo como base a componente ambiental, e para o



qual se contará com o apoio da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, o Estudo de Mobilidade, onde se pretende uma definição otimizada da rede de transportes públicos e de acessibilidades no território municipal, e a Agenda Local Digital, onde se pretende a definição de uma estratégia comum para o desenvolvimento da Sociedade da Informação;

- Actualizar o Sistema de Informação Local Municipal, através da inclusão dos resultados definitivos dos censos 2011 criando novos indicadores, e actualizar a plataforma de disponibilização dos dados estatísticos;



- Apoiar o processo de revisão do Plano Director Municipal, através da disponibilização de informação e da elaboração de algumas peças temáticas de base;
- Dar continuidade às políticas de cooperação internacional, através do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e da parceria do Município com a Eurocities;
- Coordenar toda a componente organizacional referente à presença da Câmara Municipal de Matosinhos na Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;
- Consolidar o Sistema Municipal de Informação Geográfica e promover a sua expansão a diversos serviços municipais em função das prioridades definidas.



- Dar continuidade à relação entre o SIG municipal e o Sistema Nacional de Informação Geográfica do Instituto Geográfico Português, através da rede Inspire e da disponibilização e preenchimento da Base Nacional de Metadados de Informação Geográfica;
- Actualizar a base de cadastro público e privado no território municipal.

Novos desafios:

- Implementar uma aplicação que permita o fornecimento “na hora” ao munícipe de cópias de alvarás e propriedades horizontais;
- Permitir o requerimento de plantas de localização, através do Portal de Serviços;
- Desenvolver a componente de dados e disponibilizar informação do projecto “Valorização e qualificação ambiental e territorial dos espaços classificados do Concelho de Matosinhos”;
- Implementar e disponibilizar uma Aplicação de Mobilidade para utilização em dispositivos móveis. O objectivo é dotar os serviços de ferramentas necessárias à execução de tarefas diárias de gestão municipal.



Qualidade 100%

Orientar a conservação do património municipal, para princípios de eficiência e eficácia na gestão, foi o elemento central que esteve na origem do novo Departamento Qualidade 100% (DQ 100%), uma Unidade Orgânica integrada na Direcção Municipal de Ambiente, Espaço Urbano e Equipamentos (DMAEUE).

O DQ 100% centraliza todas as competências de conservação e gestão do espaço urbano e do património municipal, permitindo assim um reequilíbrio e flexibilidade, em função das necessidades e face à disponibilidade de recursos.

Objectivos para 2012:

- Criação de um mecanismo de avaliação e análise permanente da qualidade das infra-estruturas municipais, das vias municipais, dos edifícios municipais, da frota municipal, e de todos os restantes equipamentos municipais;
- Desenvolvimento de ferramentas que permitam induzir um princípio de gestão orientada para a sustentabilidade dos processos, quer em termos ambientais, como económicos e sociais;
- Definir metas concretas para o plano de eficiência energética de todos os espaços e sistemas, com particular enfoque na energia, água e conservação corrente;
- Constituir um plano de articulação e apoio da Protecção Civil Municipal, nas áreas de intervenção em situações de emergência e catástrofe, definindo e operacionalizando equipas de intervenção rápida e respectivos equipamentos;
- Verter todos os dados recolhidos numa base de dados apoiada em SIG, permitindo uma gestão orientada no tempo e espaço, com a possibilidade de emissão de relatórios com dados estatísticos, para apoio à gestão;



Divisão de Conservação do Espaço Público:

- Divisão do território municipal, em áreas concretas, por agrupamento de freguesias. Esse território passa a ser de completa responsabilidade do Observador do Espaço Urbano;
- Distribuição dos temas por técnicos superiores da divisão (vias, mobiliário urbano e sinalização de trânsito, infra-estruturas, etc.), que passam a coordenar os trabalhos por áreas específicas, com responsabilidade territorial concreta, articulando com os encarregados de cada área e o encarregado geral;
- Criação de um plano de resolução dos problemas históricos, permitindo uma atempada resolução dos eventos que vão surgindo, permitindo uma articulação geral das equipas e equipamentos;

Divisão de Conservação de Edifícios Municipais:

- Agrupar a coordenação da intervenção, por tipologia de edifícios;
- Criar a figura do Observador dos edifícios municipais, que terá por missão assegurar os níveis de qualidade da manutenção dos mesmos;
- Determinar que os encarregados passem a gerir unidades ou grupos de edifícios, articulando as intervenções com as brigadas especializadas;
- Determinar que as funções de coordenação das intervenções sejam realizadas pelos técnicos superiores da divisão, com atribuições específicas de responsabilidade;
- Promover a criação de uma base de dados assente em SIG, que permita caracterizar cada edifício com o detalhe o maior possível;
- Avaliar os níveis de risco e exposição de cada edifício, e ponderar um sistema de seguros para cada caso;



- Plano para a certificação energética e da qualidade do ar dos edifícios, dando cumprimento à legislação, e permitindo um controlo rigoroso e em tempo real dos consumos dos diversos edifícios.

Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos Mecânicos:

- Elaboração de um Plano de Gestão de Frota, que permita aferir da eficiência das viaturas, permita construir uma análise de custos real, e que possa ser uma ferramenta de apoio à tomada de decisão;



- Elaboração de um Plano para a Eficácia da Utilização das Viaturas, permitindo uma gestão da utilização do tempo, com vista a uma redução efectiva dos custos globais;
- Plano de Manutenção de Equipamentos, no qual se defina o regime de manutenção preventiva e curativa, e preferencialmente com horizontes de investimento com base na vida útil de cada equipamento vs utilização;
- Criar um Manual de Boas Práticas Ambientais, onde se relaciona a vida útil do produto/equipamento, com os custos económicos e os custos ambientais.

Recursos Humanos

Na Gestão de Recursos Humanos, é necessário consolidar definitivamente o novo controlo de assiduidade implementado, alargando o sistema a todos os equipamentos que possam ser susceptíveis da sua utilização.

Ao nível do SIADAP, é importante a aquisição de uma plataforma que permita a sua plena eficácia, com rigor e assertividade.



Na sequência da criação da Bolsa de Formadores Interna no ano 2011, que teve como principal objectivo garantir a continuidade do serviço de formação profissional, independentemente da existência ou não de formação financiada, importa agora dotar os elementos dessa Bolsa das competências necessárias ao exercício da função de formador. Assim, está prevista a realização de um curso de Formação Pedagógica de Formadores para os elementos da Bolsa que ainda não têm o Certificado de Aptidão Profissional.

Paralelamente, e considerando que no final de 2011 foram abertas candidaturas a formação financiada para a Administração Local em determinadas áreas de formação, prevê-se a realização de alguma formação financiada através do CEFA. O objectivo é a realização e execução de um Plano de Formação de baixo orçamento mas que vá de encontro às reais necessidades dos colaboradores, mantendo ou elevando o grau de qualidade.

Sendo a formação profissional um serviço transversal aos serviços certificados pelo SGS, as normas da qualidade são também aqui aplicadas, uma vez que este serviço está sujeito a auditorias internas e externas.

Ao nível da Medicina do Trabalho, será dada continuidade a este serviço, de forma a cumprir a legislação em vigor. Prevê-se ainda a realização de sessões informativas nas mais diversas áreas relacionadas com a Saúde. Procurar-se-á, em parceria com o Serviço Nacional de Saúde, actualizar a vacinação do tétano dos colaboradores sujeitos a maiores riscos profissionais. Importa também referir o levantamento, que está a ser levado a cabo, de análise e descrição

de funções de todos os postos de trabalho que servirá de suporte na classificação das aptidões dos colaboradores.



A responsabilidade social continua a ser um aspecto de grande importância para este executivo, concretizando-se através das acções desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio Social. Assim, será dada continuidade às consultas de psicologia, ao apoio socioeconómico, através do encaminhamento dos colaboradores para as entidades competentes, e ao apoio na reinserção de colaboradores nas actividades do município. Conforme previsto, foi criado o Projecto Nova Etapa, que tem como objectivo apoiar a adaptação dos colaboradores que passarem à situação de aposentados, promovendo o envelhecimento activo. Em 2012, serão levadas a cabo diversas acções previstas no projecto, designadamente, de voluntariado.

O serviço de Gestão de Competências, criado em 2011, com o objectivo de dar apoio às mobilidades internas e à adaptação dos aptos condicionados que mudaram de posto de trabalho, apesar de se tratar de um serviço recente e com poucos casos em fase de conclusão, tem tido sucesso. Assim, será dada continuidade a este serviço de apoio à mudança de posto de trabalho.

Os serviços de Higiene e Segurança no Trabalho darão continuidade às avaliações de riscos existentes nos diversos edifícios municipais e ao cumprimento da legislação em vigor sobre esta matéria. Será dada especial atenção à aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual, adequados a cada posto de trabalho, em resultados dos estudos efectuados nos últimos anos. Executar-se-á acções de formação e de sensibilização na área de Higiene e Segurança no Trabalho, em contexto real de trabalho. Prevê-se ainda a implementação do Regulamento Interno de Higiene e Segurança no Trabalho e do Regulamento Interno de Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas.

Jurídico e Apoio aos Órgãos Autárquicos

A matriz do Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos é a sua transversalidade a todos os serviços das diversas unidades orgânicas do Município, materializada no apoio nas áreas da assessoria e no patrocínio judiciário.

O projecto funcional para o ano de 2012 identifica-se prioritariamente com a preocupação do desempenho de actividade contributiva para a sustentabilidade da gestão do Município.

Por isso, o Gabinete adoptará a medida de tentar assegurar, quase na plenitude, o exercício dos processos judiciais, em que o Município seja parte interessada, de modo a evitar os custos resultantes do recurso a gabinetes externos.

Esforçar-se-á no sentido de melhorar a cobrança das receitas no ano de 2012.

Prosseguirá, ainda, a defesa intransigente dos interesses do Município, nos processos judiciais pendentes, pugnando sempre por resoluções consensuais, através de acordos, que conduzam a resultados mais vantajosos do ponto de vista financeiro, daí obtendo um amplo benefício económico.

A cargo dos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos, juntamente com o Gabinete de Atendimento ao Munícipe, estão todas as tarefas próprias do sistema de gestão documental, considerando que estes serviços centralizam a desmaterialização dos documentos em papel para o formato electrónico, registo dos mesmos e o seu encaminhamento para todas as unidades orgânicas/serviços municipais.

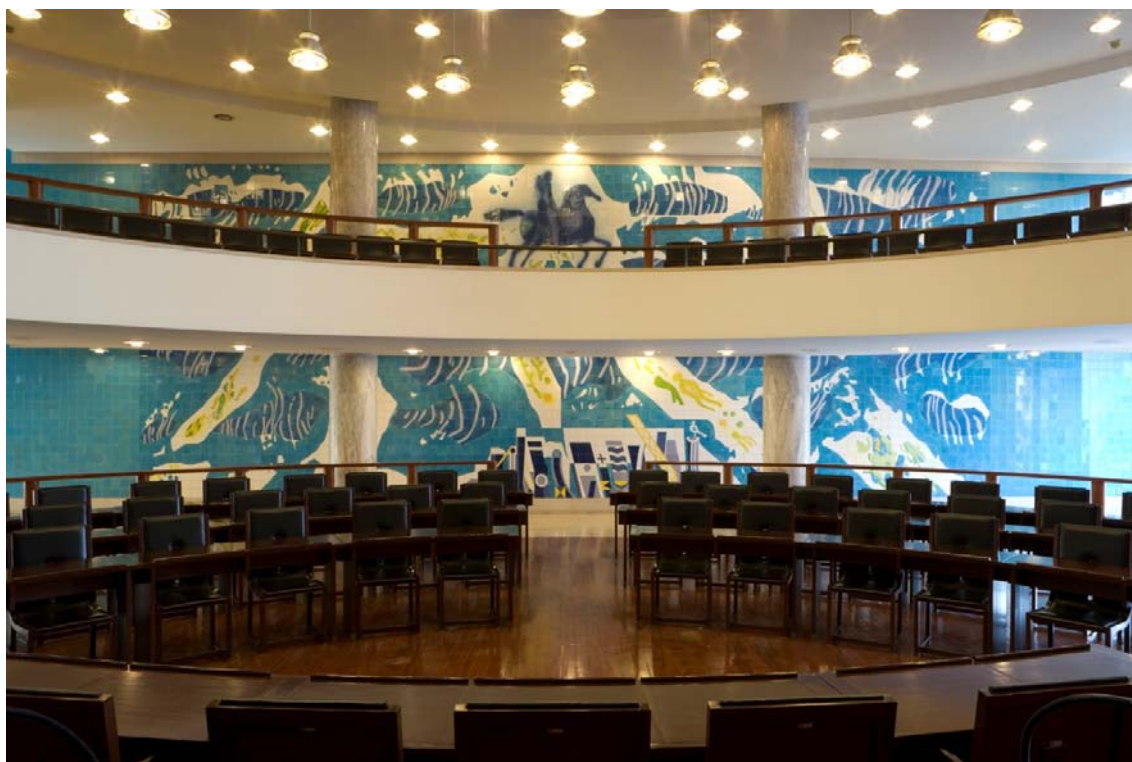
É da competência dos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos assegurar a tramitação do expediente geral, designadamente a recepção, tratamento, distribuição e arquivo de toda a correspondência recebida, via CTT, Email ou Fax, da correspondência expedida e de outros documentos de tramitação interna.



É ainda da competência destes serviços, garantir o apoio administrativo e de secretariado aos Órgãos Municipais, bem como preparar as agendas e o expediente das reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal, tal como a tramitação dos respectivos documentos.

Também a coordenação de todas as acções de relacionamento com as Juntas de Freguesia, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Área Metropolitana do Porto, são funções atribuídas a esta unidade orgânica.

Destacam-se também outras funções a desenvolver no decorrer de 2012, como a emissão de documentos a certificar assuntos constantes das actas dos Órgãos Municipais, o arquivo e tratamento de Protocolos, o registo de Avisos, de Despachos, de Editais e de Ordens de Serviço. E, por último, a consulta diária, selecção e elaboração de resumos da legislação essencial no Diário da República, a elaboração de informações e ofícios diversos.



Ambiente

Nos tempos que correm, o conceito de sustentabilidade assume um papel preponderante em qualquer actuação.

Já não basta deixar às gerações futuras o ambiente tal como foi recebido, é necessário recuperar a qualidade do ambiente, aproximando-a do nível “óptimo”. Com o mote “Pensar global, Agir local”, continuaremos, em 2012, a assumir uma política ambiental baseada nos princípios da sustentabilidade local orientada para a acção e em rede.



I. Sistema de Gestão e Informação Ambiental

O Município apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – ON2 designada por “Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos” cujo financiamento foi aprovado e que se pretende finalizar em 2012. Este projecto visa promover a conservação e valorização ambiental dos espaços naturais, incrementando a biodiversidade desses territórios. Em termos de âmbito, o projecto pretende reunir e produzir dados para uma matriz de indicadores de estado/qualidade ambiental que permita o desenvolvimento de um sistema de informação e monitorização ambiental para o concelho, que sirva de ferramenta para planos e projectos de valorização das áreas classificadas.

II. Espaços Verdes

Em 2012, pretendemos executar o Parque Ecológico do Monte S. Brás. A construção deste parque está englobada num projecto mais alargado de intervenção no Parque de Matosinhos – Pólo de Santa Cruz do Bispo – Núcleo da Quinta.

A Quinta será estruturada atendendo à classificação do solo, à topografia, às linhas de água, às acessibilidades, aos conceitos plásticos e de evolução da paisagem estabelecidos para o espaço.

O Parque da Mata das Austrálias é um novo espaço verde que vai ser criado numa área contígua ao IP4, servindo de

cortina de protecção ambiental, onde irá nascer mais uma horta biológica. Aspiramos ainda concretizar um outro espaço verde com cerca de 7 ha, o Parque Ambiental da Ribeira de Picoutos.

Em 2012, ambicionamos concluir a referenciação no sistema de informação geográfico das árvores e espaços públicos do concelho e vamos ainda elaborar um novo procedimento para a manutenção de jardins, incluindo a sua reconversão, atendendo às condicionantes económicas que se colocam.



III. Salubridade Urbana

Continuaremos a apostar prioritariamente na prevenção pela redução, daremos continuidade às acções de sensibilização aos nossos munícipes no sentido de continuamente apelarmos à contribuição de cada um para o bem comum, promovemos a compostagem caseira através de projectos como as hortas que persistiremos em incentivar e criar.

A informação actualizada sobre a nossa actividade é fundamental pelo que vamos dar continuidade à georeferenciação dos equipamentos de recolha de resíduos do concelho.



IV. Orla Costeira e Linhas de Água

A Orla Costeira, com cerca de 12 km, é de importância estratégica para todo o concelho. A requalificação de toda a zona litoral, da qual faz parte a Via Atlântica, veio criar espaço e oportunidade para se obter a aprovação de uma candidatura a fundos europeus do Quadro de Referência e Estratégico Nacional, para a constituição da futura " Paisagem Protegida do Litoral de Matosinhos". Assim, durante 2012 daremos continuidade aos trabalhos de caracterização com vista à criação do Parque Natural do Litoral de Matosinhos.

Este ano, obtivemos 14 Bandeiras Azuis, mas o objectivo é ainda incrementar este número. Para 2012, ambicionámos candidatar ao galardão Bandeira Azul quinze Praias: Angeiras Sul, Funtão, Pedras Brancas, Pedras do Corgo, Agudela, Quebrada, Marreco, Memória, Cabo do Mundo, Aterro, Azul, Boa Nova, Fuzelhas, Leça da Palmeira e Matosinhos.

Daremos, também, continuidade ao projecto Praia Acessível – Praia para Todos. Assim, no próximo ano prevê-se que todas sejam “Praias Acessíveis”.



Daremos ainda continuidade ao trabalho, iniciado em final de 2010, em colaboração com a Indaqua, de levantamento de focos poluidores das massas de água do concelho.

V. Pacto dos Autarcas

Até 2020 os Estados-Membros da União Europeia comprometeram-se a reduzir as suas emissões de CO₂ em, pelo menos, 20%. Os signatários do Pacto de Autarcas, nos quais o concelho de Matosinhos se inclui, assumiram formalmente o compromisso de ir além da meta traçada, implementando Planos de Acção para as Energias Sustentáveis.

O Plano de Acção para as Energias Sustentáveis, estando já em execução, será concluído em 2012, revelando de que forma o município se propõe atingir a meta que fixou em matéria de redução das emissões de CO₂ até 2020.

Segurança e Protecção Civil

O Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização e o Serviço de Protecção Civil desempenham com frequência as suas funções de forma articulada, cultivando-se assim modelos de trabalho que não se limitam a compartimentações estanques.

A tarefa de informar e formar a população, com atenção às características próprias dos diversos grupos que constituem a comunidade,



deverá continuar a mobilizar polícias municipais, elementos da fiscalização, da protecção civil e do corpo de nadadores salvadores, com o objectivo de fortalecer a consciência cívica dos munícipes, em tudo o que diz respeito ao âmbito de acção do Gabinete de Segurança e Protecção Civil (GSPC).

Objectivos do GSPC para 2012:

- 1-Certificação da Qualidade do Gabinete de Segurança e Protecção Civil;
- 2- Registo e arquivo dos processos de contra-ordenação de trânsito;
- 3-Criação do Centro de Videovigilância dos Edifícios Municipais;
- 4-Realização de policiamento associado ao Centro de Videovigilância dos Edifícios Municipais;
- 5-Prevenção e redução da sinistralidade rodoviária;
- 6-Manutenção, nos estabelecimentos escolares, das acções de sensibilização relativas a Segurança Rodoviária, Protecção Civil e Segurança nas Praias;
- 7-Ampliação do âmbito das acções de sensibilização a instituições de apoio a idosos, de forma a contribuir para um maior sentimento de segurança destes cidadãos;
- 8-Manutenção da aplicação do princípio “Tolerância Zero” no estacionamento irregular no concelho;
- 9-Aumento da fiscalização em matérias respeitantes ao Ambiente;
- 10-Reforço do policiamento de proximidade junto dos estabelecimentos comerciais do concelho;

11-Criação de plataforma SIG, em articulação com o GEE, para a georreferenciação e armazenamento de dados relativos à actividade da fiscalização municipal acessíveis a todos os serviços da autarquia e com a possibilidade de consulta pelos cidadãos;

12-Organização da Feira de Protecção Civil e apoio à dinamização dos Clubes de Protecção Civil nos estabelecimentos de ensino;

12-Prestação de apoio à população em situação de crise;

13-Realização do Simulacro Municipal com objectivo de testar o Plano Municipal de Emergência.

Transversal a estas acções, manter-se-á em funcionamento a Central de Comunicações.

Departamento Municipal de Polícia Municipal e Fiscalização:

1-A cooperação com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na protecção das comunidades locais, incluindo a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público; a aplicação efectiva

das decisões das autoridades municipais e a sua execução coerciva; a guarda de edifícios e de equipamentos municipais;

2-A regulação e fiscalização do trânsito pedonal e rodoviário, incluindo a verificação do cumprimento das normas de estacionamento e da



circulação rodoviária na área de jurisdição municipal;

3-A vigilância nos transportes urbanos, a detenção e entrega imediata à autoridade policial ou judicial, de suspeitos de crime punível com pena de prisão, em caso de flagrante delito, a denúncia de crimes de que tenham conhecimento no exercício das funções e por causa delas;

4-A prática dos actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei de processo penal até à chegada do órgão de polícia criminal competente; a elaboração de participações e de autos de notícia por infracção às normas legais e regulamentares, nomeadamente por desconformidade do uso das edificações com o título respectivo;

5-A verificação dos horários de funcionamento e a fiscalização da publicidade dos estabelecimentos com remessa aos serviços competentes;

6-A fiscalização preventiva do território em especial na área do ruído e polícia ambiental.

Novas acções de fiscalização para 2012:

- 1-Limpeza de terrenos;
- 2-Painéis publicitários e de publicidade comercial em geral;
- 3-Insalubridades diversas;
- 4-Normas atinentes à gestão dos resíduos;
- 5-Estaleiros e outros equipamentos susceptíveis de gerar poluição atmosférica;
- 6-Edifícios em mau estado de conservação;
- 7-Viaturas abandonadas;
- 8-Utilização das edificações;
- 9-Anomalias e utilizações privativas de bens afectos ao domínio público;
- 10-Abate de árvores e servidões administrativas, sobretudo da RAN e REN.

Serviço Municipal de Protecção Civil:

- 1- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos colectivos;
- 2- Análise permanente das vulnerabilidades;
- 3- Informação e formação das populações;
- 4- Planeamento de emergência;
- 5- Inventariação de meios e recursos;
- 6- Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção de edifícios, bens culturais, instalações de serviços essenciais e recursos naturais.



Objectivos para 2012:

- 1-Organização da IV Feira da Protecção Civil;
- 2-Continuidade das acções de sensibilização sobre temas centrais de protecção;
- 3-Como agir antes, durante e após uma cheia/inundação;

- 4-Incêndios na escola e em casa;
- 5-Prevenção de incêndios florestais;
- 6-A protecção civil e a família; secas; uso correcto de um extintor;
- 7-Segurança nas praias;
- 8-Colaboração na preparação e realização de exercícios simulacros;
- 9-Actualização dos Planos de Emergência Externos das Empresas SEVESO;
- 10-Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização à população potencialmente afectada em caso de acidente;
- 11-Manutenção das actividades do piquete da Protecção Civil no apoio imediato às populações;
- 12-Manutenção das actividades de vigilância balnear com a equipa do SSB.



Tecnologias de Informação

Ao Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI) compete a coordenação do sistema informático municipal e a implementação das acções necessárias à sua concretização.

Assim, é sua a concretização de políticas a nível estratégico e operacional nas áreas de Modernização Administrativa, e sua competência, em articulação com a programação financeira, assegurar directamente ou orientar os serviços de informação internos da CMM. É também missão o relacionamento com outros organismos da administração pública e agentes sociais que assegurem a cooperação e disponibilização dos sistemas de informação do Município de Matosinhos nas áreas que se vierem a definir. É competência do GTI acompanhar e avaliar a execução de políticas de modernização administrativa, os instrumentos de planeamento de gestão e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços da CMM.

O GTI tem dois grandes desafios, um ancorado nas grandes questões da gestão de conhecimento e o outro radica na gestão de equipamento e utilizadores, acrescendo que neste último tem de gerir uma responsabilidade partilhada com os serviços que usufruem dos mesmos.

Gestão do conhecimento

2012 é marcado pela substituição do ERP da Autarquia. Assim, e logo que a DMAT valide o trabalho que desenvolveu com o parceiro, temos a expectativa que entre, nomeadamente, em funcionamento o sistema de gestão de Urbanismo, que, ao ser baseado em mecanismo de encaminhamento (Workflow) estruturado, permitirá otimizar a Gestão Documental numa nova geração.

Ao longo do ano, decorrerão também os trabalhos para substituição do núcleo do sistema que é o POCAL e serão implementadas as aplicações conexas. Para aumentar a eficácia de todo o processo, da sua modernização e simplificação favorável às pessoas, será possível lançar programas de facturação electrónica.

Serão também exploradas outras ferramentas de dados ao serviço da autarquia, desenvolvidas em 2011 e que, nomeadamente com o novo ERP em produção, poderão evoluir para o conceito de BI (Inteligência Empresarial – *Business Intelligence*), já com possibilidades de, ao nível dos utilizadores, permitir mecanismos de análise, partilha e monitorização de informações que suportem a gestão de projectos.

Ficando a fase de colecta e organização (Data Meaning) para uma fase posterior.

Nesta demanda, importará trabalhar directamente com as fontes primárias de informação dentro da autarquia, obrigando a um exercício mais rigoroso de criação de fontes de forma sustentada.

Poderemos a breve trecho começar a analisar as fontes secundárias de informações, que incluem as necessidades do município, processo de decisão do cliente municipal, pressões competitivas, condições industriais relevantes, aspectos económicos e tecnológicos, e tendências culturais.

Exemplos da utilização da exploração dos dados encontram-se nas ferramentas lançadas nos serviços de apoio à Loja do Município, de carácter financeiro ou geográfico, mas também da Protecção Civil ou Metrologia.



Será prosseguido o esforço de utilização das tecnologias de virtualização iniciada até um limite mais relacionado com o licenciamento do que com o espaço físico.

O software de gestão de ciclo de vida de um arquivo, ainda pouco explorado, é uma área de a desenvolver, de modo a manter os custos de armazenamento baixos. Recorde-se que se trata de estender ao domínio digital os conceitos de proximidade do arquivo, armazenamento distante, ou seja, como é que documento é tratado desde a sua criação até ao momento em que é arquivado. O limite será definido heurísticamente de acordo com a adequação à nossa realidade, sendo que virtualmente tudo estará disponível para o utilizador num só local.

Com o edifício dos ex-SMAS em utilização plena, esperamos que, no ano de 2012, seja concretizado um grande objectivo, que representa uma revolução, que é a criação da infra-estrutura e os procedimentos de Disaster Recovery, com armazenamento síncrono/assíncrono de data-storage em local específico.

Com a Loja do Município, é importante que em 2012 haja a possibilidade efectiva, de dinamizar pelo menos um outro posto de atendimento descentralizado, recorrendo a suportes variados, permitindo aproximar as respostas e o atendimento de todos municípios.

Assim, na Loja de São Mamede de Infesta, serão colocadas novas aplicações, passando a dispor das mesmas ferramentas de Gestão de Relação com o Cliente que a Loja do Município dos Paços do Concelho possui.

Na voz e dados, 2012 será o ano de exploração plena do sistema Lync, que permitirá aumentar a eficácia da comunicação dentro da organização, nomeadamente pela integração de voz no Exchange e sistemas de gestão de presença. Com este processo também temos a expectativa de registar as reuniões de câmara e actas de forma inovadora.

Gestão de Equipamento e Utilizadores

Serão implementados os processos da norma internacional ITIL (*Infrastructure Technology Information Library*), principalmente, os processos das áreas de Serviço de Suporte e de Entrega de Serviço (*Service Delivery*), *focados* especificamente na gestão dos serviços de TI e enquadrados na Gestão do Conhecimento, observando o alinhamento com as perspectivas de projecto e com infra-estrutura adequada.

Para este efeito, serão dinamizadas formações na área de implementação do ITIL, já adoptando os padrões da versão V3, alargadas a toda a equipa, permitindo, como a certificação impele, registo dos pedidos feitos ao GTI, nos termos da norma de *Service Desk*. Pretende-se dinamizar e implementar um conjunto de boas práticas da utilização dos sistemas de informação por parte de quem os administra, cumprindo de forma antecipada os requisitos necessários à obtenção da "certificação de qualidade" dos sistemas de informação (certificação ISO 20000), e a certificação de qualidade de segurança (ISO 27000). Importa que o GTI implemente a semaforização de todos os sistemas, podendo monitorizar, intervir, acompanhar e agir em tempo real perante qualquer situação.

Investimentos e Infra-estruturas Municipais

Em 2012, iremos proceder à elaboração de vários projectos nas várias áreas de intervenção do Município, e à promoção das respectivas obras de construção e conservação, tanto de arruamentos, infra-estruturas, edifícios de habitação e equipamentos sociais, com acrescidas preocupações de sustentabilidade – energética e ambiental.

Vai-se dar continuidade ao programa de eliminação de barreiras arquitectónicas, cumprindo o projecto de adesão à “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”, através da realização de uma empreitada para a eliminação de barreiras na freguesia de Leça da Palmeira e em todas as zonas envolventes às sedes de freguesia do concelho, especialmente no que diz respeito aos percursos e às passagens de peões.



Vai-se, também, Implementar a aplicação prática e efectiva do Decreto-Lei 123/2009, de 21 de Maio de 2009, relativo às comunicações electrónicas - ITUR (Infra-estruturas de telecomunicações em Urbanizações e Loteamentos), através do qual as infra-estruturas passam a ser geridas pelas autarquias. Propomos também implementar a cobrança destas taxas de utilização e de direitos de passagem (TMDP), devendo ficar contempladas no regulamento municipal de taxas e licenças.

Vai-se, ainda, incrementar, em parceria com a EDP, a adopção de medidas de racionalização e eficiência energética na Iluminação pública, através da introdução de tecnologias de iluminação mais eficientes e economizadoras de energia.

Investimentos para 2012:

1. Centros Cívicos

Vão ser desenvolvidos os seguintes empreendimentos:

- Centro de Comando da PSP de Perafita
- Praça do Padrão da Légua

2. Educação

Lançamento de novos empreendimentos:

- EB1/JI Passos Manuel – Guifões
- EBI/JI da Igreja Velha
- EB1/JI Estádio do Mar
- EB2/3 Óscar Lopes – Matosinhos
- Eb2/3 de Perafita
- Eb2/3 de Custóias
- EBI/JI da Barranha – Senhora da Hora
- Eb2/3 Maria Manuela Sá – S. Mamede Infesta
- Eb2/3 de Leça do Balio
- Eb2/3 José Domingues dos Santos – Lavra
- Eb2/3 Passos José – Guifões

Conclusão dos seguintes empreendimentos:

- EBI/JI do Seixo
- EB1/JI da Praia – Leça da Palmeira
- EBI/JI de Leça da Palmeira



- EB1/JI da Lomba – Guifões
- EB1/JI/creche de Santiago – 2ª fase

3. Cultura

Vão ser iniciados os seguintes empreendimentos:

- Salão Paroquial de S. Mamede Infesta
- Construção do Monumento ao Operário Conserveiro
- Casa dos Balios
- Museu Municipal de Matosinhos
- Sede do Rancho Típico de S. Mamede de Infesta
- Palacete Visconde Trevões



- Edifício Real Vinícola
- Edifícios do Largo da Viscondessa

4. Desporto

Vão ser iniciados os seguintes empreendimentos:

- Pavilhão do Marreco

Conclusão dos seguintes empreendimentos:

- Edifício de Apoio ao Associativismo (Adaptação da antiga escola de Pampelido - Clube C + S de Lavra)

5. Acção Social e Saúde

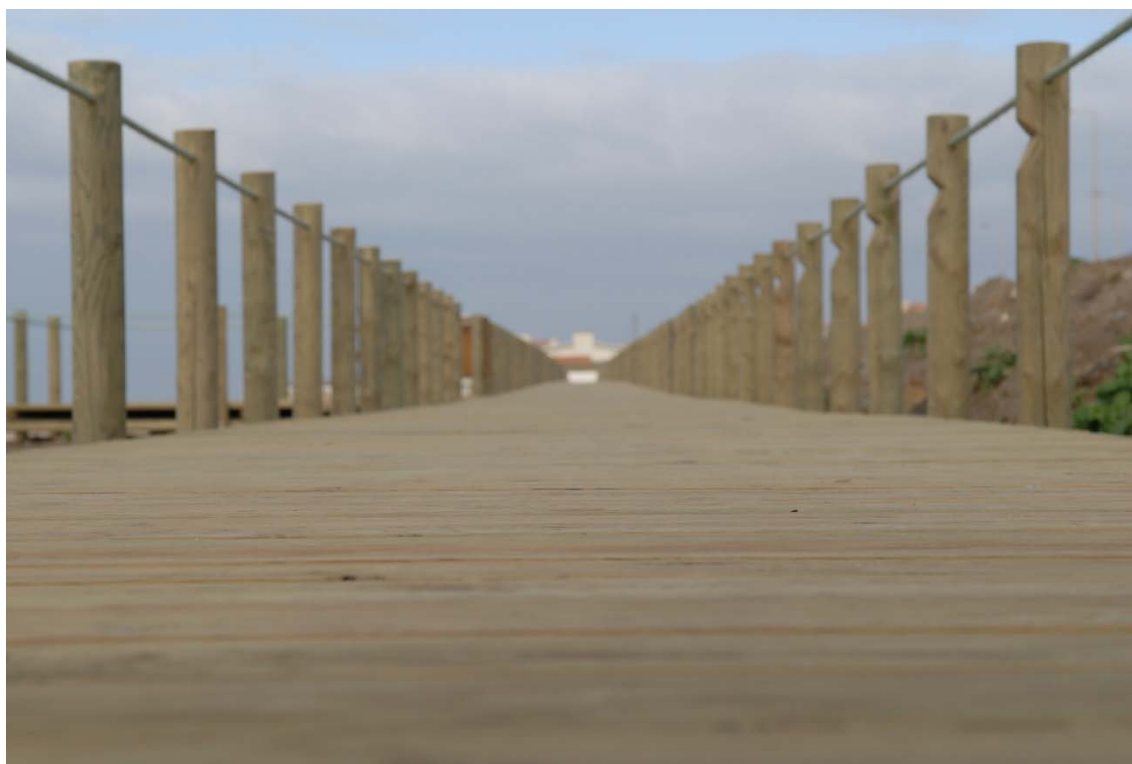
Serão iniciados os seguintes empreendimentos:

- Residência Sénior da Senhora da Hora
- Centro Social de Perafita
- Centro de Dia Florbela Espanca

6. Ambiente

Serão também concluídos os seguintes Empreendimentos:

- Marginal Atlântica Boa Nova – Marreco -Cabo do Mundo
- Marginal Atlântica Boa Nova – Corgo – Marreco
- Marginal Atlântica Boa Nova – Angeiras – Funtão
- Parque de estacionamento do cabo do Mundo (complemento a sul)
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Passadiço da Foz do Rio Onda aos Moinhos do Solposto
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Plano de Segurança e Sinalização dos Passadiços e Ciclovia da Orla Costeira
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Praia Acessível: Passadiços de Apoio a Mobilidade Condicionada
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Medidas de Salvaguarda das Áreas de Protecção Costeira E Espaços Classificados
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Passadiços da Praia da Memória



- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Concretização de Medidas do Pooc
- Demolições e Renaturalizações
- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Interpretação da Orla Costeira - Espaços Pedagógicos e Lúdicos

- Matosinhos Mar: Requalificação da Orla Costeira - Plano de Praia do Aterro - Entrada de Praia

- Uopg Nº. 10 - Concretização de Medida do Plano - Demolições e Renaturalizações

Serão também iniciados os seguintes empreendimentos:

- Construção da Casa Mortuária de Lavra

- Marginal Atlântica – Corgo ao Funtão

- Marginal Atlântica – Troço da Agudela

- Marginal Atlântica – Rotunda Sul da Rua Armando Vaz / Rua Joaquim da Silva / Rua

Oriental

- Ambiente em Matosinhos – ETAR tratamento Secundário

- Regularização do troço do Ribeiro da Riguiha Matosinhos Sul

7. Arruamentos



- Novo arruamento do Centro Social e Paroquial do Araújo à Rua da Estação do Araújo (acesso pedonal)

- Ligação da A28 à Marginal Atlântica – 1ª Fase

- Ligação da A28 à Marginal Atlântica – 2ª Fase

- Arruamentos de Ligação da Cruz de Pau à Barranha sobre a A28

- Arranjo exterior à envolvente à EB1/JI da Quinta do Vieira

- Arranjos exteriores à envolvente da EB1/JI Matosinhos

- Arranjos exteriores à envolvente da EB1/JI Padrão da Légua
- Rua Joaquim Neves dos Santos
- Rua da Boa Hora – Guifões
- Rua Alfredo Cunha
- Rua da Cruz de Pau
- Ligação da A28 à Petrogal

8. Edifícios Municipais

Serão desenvolvidos os seguintes empreendimentos:

- Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores
- Conjunto Habitacional Biquinha 4ª Fase
- Conjunto Habitacional de S. Gens Piscina
- Remodelação das Instalações do Antigo Matadouro

Em conclusão:

- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar II – Senhora da Hora
- Conjunto Habitacional de Real de Cima – Senhora da Hora



Gestão Financeira

2012

1. RECEITA PREVISIONAL

1.1 – Critérios de avaliação da receita

Segundo o estipulado no POCAL a previsão das diferentes rubricas da receita resulta, principalmente ao nível das receitas correntes, da média aritmética observada nos 24 meses anteriores à elaboração do presente documento, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas. Naturalmente que capítulos como transferências, passivos financeiros e alguns outros fogem a esta regra, havendo nesse caso que respeitar, quando necessário, os valores de protocolos, contratos ou ainda candidaturas que, para este efeito, foram apurados pelos diversos serviços responsáveis pela sua gestão.

Sob pena de se desvirtuar o conteúdo de algumas rubricas, à semelhança aliás de anos anteriores, mantendo por conseguinte inalterados os fundamentos então apresentados para tal, haverá uma ou outra excepção à aludida regra geral da média. Estão, neste caso, os débitos de algumas entidades, cuja dimensão associada às expectativas da sua liquidação para breve, aconselham, a nosso ver, dotar as respectivas rubricas com os valores que efectivamente se perspectiva venham a ser liquidados durante a Gerência em apreço. Estes casos serão abordados mais adiante.

1.2 – Estrutura da receita

A receita inscrita no presente orçamento ascende a 173.656.826,00 euros.

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão	Peso
Receitas Correntes	104.878.770,00	60,4%
01 Impostos Directos	43.958.227,00	25,3%
02 Impostos Indirectos	19.017.869,00	11,0%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.830.661,00	1,1%
05 Rendimentos de Propriedade	5.154.205,00	3,0%
06 Transferências Correntes	28.439.122,00	16,4%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	6.323.381,00	3,6%
08 Outras Receitas Correntes	155.305,00	0,1%
Receitas de Capital	68.778.056,00	39,6%
09 Vendas de Bens de Investimento	31.784.957,00	18,3%
10 Transferências de Capital	27.005.100,00	15,6%
11 Activos Financeiros	3,00	0,0%
12 Passivos Financeiros	9.987.993,00	5,8%
13 Outras Receitas de Capital	3,00	0,0%
Outras Receitas	0,00	0,0%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,0%
Total da Receita	173.656.826,00	100,0%

Atendendo à sua natureza, sobressairá antes de tudo, o predomínio da receita corrente. De facto o seu valor, 104.878.770,00 euros, representa 60,4% da receita total orçada, contra os 39,6% da receita de capital, o que se assemelha aos pesos relativos constantes do orçamento da receita do ano transacto.

Uma aproximação a estas duas grandes categorias da receita revelará ainda que 36,3% do seu valor está concentrado em apenas duas do conjunto de rubricas que constituem o seu elenco. São elas os impostos directos e indirectos, os quais totalizam cerca de 63 milhões de euros. A receita fiscal reforçará em 1,8 milhões de euros este último valor, dada a inclusão do capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades naquele grupo.

Outro grupo a isolar será o das Transferências. Para além das transferências da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS) que representam, no seu conjunto, cerca de 15.859.337,00 euros (valor inscrito no Orçamento de Estado para 2012), também é importante realçar o aumento das transferências correntes da DREN para a autarquia que passa de 10.107.235,00 euros em 2011 para 12.378.581,00 euros em 2012.

Os passivos financeiros assumem também um papel importante no cômputo da receita total prevista para 2012 da autarquia, representando cerca de 6% desta grandeza, desempenhando uma importante fonte de financiamento do investimento, como veremos mais adiante.

Importa ainda realçar o peso que as transferências de capital assumem no total da receita, representado 15,6% do seu valor, o que corresponde a um montante de cerca de 27 milhões de euros. Aqui estão vertidas todas as co-participações em investimentos por Fundos Comunitários ou através do Orçamento de Estado (Direção Regional de Educação do Norte. - DREN).

As restantes rubricas ou grupos assumem menor importância que as anteriores no cômputo do orçamento global, assumindo um carácter, se não marginal, pelo menos significativamente menos estruturante. De facto, com exclusão da Venda de Bens e Serviços Correntes, cuja previsão está orçada em 6.323.381,00 euros, influenciada sobretudo pelos serviços de resíduos sólidos, e da Venda de Bens de Investimento, rubrica para a qual se estima um valor de aproximadamente 31,7 milhões de euros, todas as outras rubricas têm valores próximas dos 5 milhões de euros.

1.3 - Receitas próprias e alheias

Como consequência do que atrás foi referido, à receita própria será acometida a maior parcela dos fundos previstos para o ano em apreço: aproximadamente 62,3% dos fundos da receita total orçada estão enquadrados nesta categoria. Naturalmente que este novo enfoque da receita não alterará a contribuição absoluta e relativa da generalidade dos seus capítulos e, nessa medida, mais do que retomar esta perspectiva, feita no ponto anterior, importará detalhar alguma informação que, porventura, relevará para esta vertente.

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	108.224.611,00	62,3	100,00	
<i>Fiscal</i>	<i>64.806.757,00</i>	<i>37,3</i>	<i>59,88</i>	
Impostos Directos	43.958.227,00	25,3	40,62	
Impostos Indirectos	19.017.869,00	11,0	17,57	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.830.661,00	1,1	1,69	
<i>Não Fiscal</i>	<i>43.417.854,00</i>	<i>25,0</i>	<i>40,12</i>	
Rendimentos de Propriedade	5.154.205,00	3,0	4,76	
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.323.381,00	3,6	5,84	
Vendas de Bens de Investimento	31.784.957,00	18,3	29,37	
Outras	155.311,00	0,1	0,14	
Alheia	65.432.215,00	37,7		100,00
Transferências Correntes	28.439.122,00	16,4		43,46
Transferências de Capital	27.005.100,00	15,6		41,27
Passivos Financeiros	9.987.993,00	5,8		15,26
Outras Receitas	0,00	0,0		0,00
Total da Receita	173.656.826,00	100,0		

Assim contrapondo receita própria e alheia, estabelecida que está a importância do contributo da receita fiscal, justificar-se-á aqui referir a propósito desta última que, salvo uma excepção, a regra subjacente às projecções que aqui se apresentam foi a da média aritmética, verificada nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, para todo o rol de rubricas ou itens que perfazem este grupo. A regra adoptada enquadra-se no conjunto de disposições legais previstas no POCAL sobre esta matéria e afigura-se-nos, dentro destes condicionalismos, como a mais ajustada face à imponderabilidade dos factores, nomeadamente económicos, que pesam e afectam a execução dos respectivos valores.

A excepção atrás aludida respeita à Ocupação da Via Pública, incluída no capítulo dos Impostos Indirectos. A presente projecção reflecte dívidas ou créditos de montante significativo. Está em causa o pagamento de taxas por ocupação do subsolo com condutas liquidadas às EDP Gás e às Petrolíferas (com excepção da CEPISA) instaladas no Concelho, processo de alguma forma conturbado pela impugnação das taxas aplicadas que estas empresas têm interposto junto do poder judicial. Contudo a sua evolução, nomeadamente as decisões do Tribunal Constitucional sobre esta matéria, reforça as expectativas de um desfecho favorável à Câmara, razão pela qual foram inscritos os valores em dívida.

Relativamente à componente alheia da receita, a nossa atenção dirige-se para as Transferências, como aliás se pode verificar no quadro anterior.

No que às transferências respeita, tendo sido já feita uma referência às contribuições decorrentes da Administração Central a título de F.E.F. e F.S.M. e a participação no IRS, importará referir que os valores que ora se consideram tomaram como base os valores inscritos no Orçamento de Estado para 2012. Os montantes são os que se representam no quadro seguinte.

(Un: Euros)

Transferências	Corrente	Capital	Total
FEF	2.927.927,00	1.951.952,00	4.879.879,00
FSM	1.940.585,00		1.940.585,00
PARTICIPAÇÃO IRS	9.038.873,00		9.038.873,00
Total	13.907.385,00	1.951.952,00	15.859.337,00

Outras Transferências	Corrente	Capital	Total
	14.531.737,00	25.053.148,00	39.584.885,00

Das restantes transferências, as que se destinam ao investimento assumem um maior peso, como se pode verificar pela análise do quadro anterior.

De entre estes, haverá naturalmente valores cuja dimensão justificará uma referência. Dos 27.005.100,00 euros relativos a transferências de capital, 21.165.965,00 euros dizem respeito a candidaturas a Fundos Comunitários para financiar a construção de infra-estruturas, arruamentos, parques de estacionamento, escolas, parques e jardins, entre outros. Dos restantes 6 milhões de euros, cerca de 1 milhão reporta-se ao financiamento do IHRU – Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana no âmbito do programa PER – Programa Especial de Realojamento, e 2,4 milhões da DREN.

No que toca agora às transferências correntes, deduzidas as transferências da administração Central – FEF, FSM e Participação no IRS –, perfazem 14.531.737,00 euros. Neste capítulo justificar-se-ão algumas referências. Deste montante cerca de 10 milhões de euros referem-se à transferência da DREN no âmbito acordo de cooperação pré-escolar, programa de generalização do ensino de inglês e outras actividades de enriquecimento curricular, fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo e gestão do pessoal não docente. Também estão contemplados neste agrupamento 790 mil euros relativos a Fundos Comunitários e 551 mil euros de comparticipação dos encarregados de educação no serviço de refeições e transportes escolares.

Sem uma referência exaustiva a todas as iniciativas, cremos contudo ter destacado os contributos mais importantes do ponto de vista financeiro, incluídos no orçamento para 2012, muito em particular os que se prendem com a receita alheia, cuja expressão percentual, como já se referiu não irá além dos 37,7% da receita total.

2. DESPESA PREVISIONAL

2.1 - Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa

A previsão das despesas para 2012, resultará, em parte, da consideração das obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem, naturalmente, as despesas obrigatórias, como sejam as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida, bem como as opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco de acções constante das Grandes Opções do Plano. Subsidiariamente, um grande número de despesas, que cobrem as necessidades de funcionamento da Edilidade, foram estimados tendo, sobretudo, em consideração não só os valores históricos que se têm observado nos últimos anos, como também a sua pertinência no quadro de uma gestão progressivamente mais eficaz.

2.2 – Estrutura da despesa

(Un:Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	100.208.314,71	57,7
01 Despesas com o Pessoal	30.636.990,00	17,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	53.121.573,44	30,6
03 Juros e Outros Encargos	1.603.227,00	0,9
04 Transferências Correntes	9.068.993,31	5,2
05 Subsídios	4.328.596,26	2,5
06 Outras Despesas Correntes	1.448.934,70	0,8
Despesas de Capital	73.448.511,29	42,3
07 Aquisição de Bens de Capital	56.920.203,05	32,8
08 Transferências de Capital	11.719.044,24	6,7
09 Activos Financeiros	152.125,00	0,1
10 Passivos Financeiros	4.657.137,00	2,7
11 Outras Despesas de Capital	2,00	0,0
Total da Despesa	173.656.826,00	100,0

Dado o princípio do equilíbrio orçamental, a despesa total orçada para 2012 ascende a 173.656.826,00 euros.

De acordo com a tradicional classificação económica, o quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem de 57,7% do valor global da despesa. O investimento directo, cerca de 57 milhões de euros, tem um peso de 77,5% no conjunto das Despesas de Capital, representando cerca de 33% dos recursos financeiros definidos a despendar em 2012. Contudo, em rigor, o investimento total previsto (directo e indirecto), financiado pelo presente orçamento deverá ascender 68,6 milhões de euros. Assim encarado, o investimento total representará cerca de 40% da despesa total. Por outro lado, a dotação atribuída aos Passivos Financeiros representa 2,7% da despesa total.

No que respeita à componente corrente da despesa, sobressaem aqui dois pólos que, do mesmo modo, se demarcam dos restantes itens desta classe. Trata-se, como é bem visível no quadro anterior, das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços Correntes, representando no seu conjunto cerca de 48,2% da despesa.

Os restantes itens da despesa corrente absorvem claramente menos recursos. De facto, tanto o capítulo dos Juros e Outros Encargos, Outras Despesas Correntes, Transferências e Subsídios, cuja expressão orçamental os situa à volta dos 9,5%, remetem-se para um plano secundário no contexto desta análise.

Terá porventura razão de se determinar, ainda que de uma forma aproximada, o montante de recursos que se prevê seja destinado ao funcionamento dos Serviços. Como se depreende incluir-se-ão aqui a generalidade das despesas, de cariz corrente, que asseguram o seu exercício.

Ainda que de forma aproximada, como atrás referimos, este valor poderá ser alcançado pelo quadro seguinte, onde se repartem os recursos por entre as Grandes Opções do Plano e por todas as restantes despesas que não têm esse enquadramento. Deste modo, para além das despesas de funcionamento será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusivé, para cada caso, os capítulos de classificação económica responsáveis por tais valores.

(Un: Euros)

Agregação	Capítulos	Afecto exclusivamente ao orçamento	Afecto exclusivamente ao Plano
Funcionamento	Despesas com o Pessoal	30.636.990,00	0,00
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	10.704.738,00	42.416.835,44
	Outras Despesas Correntes	1.277.109,00	171.825,70
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	0,00	56.920.203,05
	Transferências de Capital	5,00	11.719.039,24
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	1.603.227,00	0,00
	Passivos Financeiros	4.657.137,00	0,00
Outras Despesas	Transferências Correntes	195.010,00	8.873.983,31
	Subsídios	0,00	4.328.596,26
	Activos Financeiros	0,00	152.125,00
	Outras Despesas de Capital	2,00	0,00
Total da Despesa		49.074.218,00	124.582.608,00

Como é sabido, alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As despesas com pessoal, bem como o investimento directo e indirecto (Transferências de Capital) são disso exemplo.

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e dos Activos Financeiros; nas despesas de funcionamento, predominam naturalmente as despesas com pessoal e do serviço da dívida, bem como uma parcela das Aquisições de Bens e Serviços; ao Plano de Actividades estão sobretudo afectas as dotações das Transferências e das Aquisições de Serviços.

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento representam, aproximadamente, 28% da despesa orçada, o PPI 33% e, finalmente, o PAM 39%.

3. POUPANÇA CORRENTE

Da análise da estrutura orçamental descrita, resulta que o financiamento da despesa de capital será previsivelmente feita do seguinte modo:

(Unidade: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	68.639.247,29
1 - Receitas de Capital	68.778.056,00
Vendas de Bens de Investimento	31.784.957,00
FEF (Capital)	1.951.952,00
Fundos Comunitários	21.165.965,00
Outras Transferências de Capital	3.887.183,00
Passivos Financeiros	9.987.993,00
Activos Financeiros	3,00
Outras Receitas de Capital	3,00
2 - Poupança Corrente	4.670.455,29
3 - Outras Receitas	0,00
Total Fontes de Financiamento (1+2+3)	73.448.511,29
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	93,45%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Como se poderá verificar na análise da estrutura orçamental encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no POAL.

4. DESPESAS COM PESSOAL - LIMITE

Não se encontrando actualmente fixados limites legais às despesas de pessoal do Município com os contornos anteriormente existentes, ter-se-á apenas que atender às limitações legais à admissão de pessoal nas Autarquias Locais.

De acordo com o artigo 62.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais – podiam, até 2009, ser fixados, através das Leis do Orçamento do Estado, limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

No entanto, a Lei do Orçamento de Estado para 2010 – Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril – estabeleceu, no seu artigo 23.º, limitações à admissão de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Esta regra, é, por força do estabelecido no n.º 2 desse mesmo preceito legal, aplicável às autarquias locais.

Adicionalmente, com o intuito de ser monitorizada esta restrição em termos de admissões de pessoal, as Autarquias, desde 1 de Julho de 2010, estão obrigadas a remeter mensalmente (anteriormente era trimestralmente) informação à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

5. FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No último quadro apresenta-se uma síntese das Grandes Opções do Plano, onde constam as principais funções, impostas pelo Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, podendo-se, através dele, verificar que a totalidade de fundos, desde já, assegurados e por isso afectos a acções definidas ascendem a 124.585.608,00 euros. Paralelamente, verifica-se que o financiamento de algumas outras ainda não está assegurado (cerca de 34.901.113,27 euros), pelo que a sua inclusão fica dependente de fundos cuja realização não está garantida em absoluto, muito embora existam fundadas razões para supor que tal venha acontecer.

(Un: Euros)

Designação	Valor
Dotação Global do Plano	159.483.721,27
Receitas Orçadas	173.656.826,00
Encargos de	
Funcionamento	49.074.218,00
Financiamento	
assegurado	124.582.608,00
Financiamento a	
assegurar	34.901.113,27

Para esse efeito haverá, por um lado, um saldo inicial de tesouraria e, por outro, financiamentos comunitários e contratos de empréstimos a aprovar que rondam, no seu cômputo, este valor, permitindo que na gerência em apreço se viabilize a execução das acções em causa.

De entre as diversas funções atribuídas às autarquias, foram eleitas como prioritárias, neste orçamento para 2012, as áreas da educação, resíduos sólidos e infra-estruturas rodoviárias, seguidas de áreas como a acção social, o meio ambiente, o desporto e a cultura. Também com destacada importância encontram-se a área da administração geral, que contempla a modernização administrativa em curso. Confirmando-se o financiamento para as actividades cujas verbas se encontram a definir, algumas destas áreas (como a educação, o meio ambiente e a administração geral) verão o seu peso relativo aumentar.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Definida		Dotação a Definir		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	8.712.911,97	6,99	1.498.068,13	4,29	10.210.980,10	6,40
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	7.934.417,75	6,37	1.498.068,13	4,29	9.432.485,88	5,91
1.1.1 Administração Geral	7.934.417,75	6,37	1.498.068,13	4,29	9.432.485,88	5,91
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	778.494,22	0,62	0,00	0,00	778.494,22	0,49
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	677.801,66	0,54	0,00	0,00	677.801,66	0,42
1.2.2 Polícia Municipal	100.692,56	0,08	0,00	0,00	100.692,56	0,06
2. Funções Sociais	84.399.838,77	67,75	27.281.270,59	78,17	111.681.109,36	70,03
2.1.0 Educação	22.123.041,69	17,76	17.933.333,33	51,38	40.056.375,02	25,12
2.1.1 Ensino não superior	19.150.594,93	15,37	17.933.333,33	51,38	37.083.928,26	23,25
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	2.972.446,76	2,39	0,00	0,00	2.972.446,76	1,86
2.2.0 Saúde	34.295,80	0,03	2.100.000,00	6,02	2.134.295,80	1,34
2.2.1 Serviços individuais de saúde	34.295,80	0,03	2.100.000,00	6,02	2.134.295,80	1,34
2.3.0 Segurança e acção sociais	8.578.530,68	6,89	20.001,00	0,06	8.598.531,68	5,39
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	8.578.530,68	6,89	20.001,00	0,06	8.598.531,68	5,39
2.4.0 Habitação e serviços colectivos	46.040.046,65	36,96	7.227.936,26	20,71	53.267.982,91	33,40
2.4.1 Habitação	4.811.072,12	3,86	2.007.000,00	5,75	6.818.072,12	4,28
2.4.2 Ordenamento do território	1.858.140,94	1,49	0,00	0,00	1.858.140,94	1,17
2.4.3 Saneamento	5.455.250,69	4,38	0,00	0,00	5.455.250,69	3,42
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	25.846.955,67	20,75	0,00	0,00	25.846.955,67	16,21
2.4.6 Protecção do meio ambiente	8.068.627,23	6,48	5.220.936,26	14,96	13.289.563,49	8,33
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	7.623.923,95	6,12	0,00	0,00	7.623.923,95	4,78

2.5.1 Cultura	3.121.721,03	2,51	0,00	0,00	3.121.721,03	1,96
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	4.502.202,92	3,61	0,00	0,00	4.502.202,92	2,82
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	19.212.104,13	15,42	1.646.139,20	4,72	20.858.243,33	13,08
3.1.0 Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	202.718,10	0,16	0,00	0,00	202.718,10	0,13
3.3.0 Transportes e comunicações	16.283.051,16	13,07	1.426.639,20	4,09	17.709.690,36	11,10
3.3.1 Transportes rodoviários	16.283.051,16	13,07	1.426.639,20	4,09	17.709.690,36	11,10
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	2.084.061,14	1,67	219.500,00	0,63	2.303.561,14	1,44
3.4.1 Mercados e feiras	600.553,27	0,48	0,00	0,00	600.553,27	0,38
3.4.2 Turismo	1.483.507,87	1,19	219.500,00	0,63	1.703.007,87	1,07
3.5.0 Outras funções económicas	642.273,73	0,52	0,00	0,00	642.273,73	0,40
4. Outras Funções	12.257.753,13	9,84	4.475.635,35	12,82	16.733.388,48	10,49
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	12.077.475,73	9,69	4.475.635,35	12,82	16.553.111,08	10,38
4.3.0 Diversas não especificadas	180.277,40	0,14	0,00	0,00	180.277,40	0,11
Total	124.582.608,00	100,00	34.901.113,27	100,00	159.483.721,27	100,00